AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 44 | Nº 10 | OUTUBRO 2024

DECISÃO DISCUTÍVEL SOBRE AUMENTO DA SELIC



FGV | CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO

BIOECONOMIA VIÉS BIOLÓGICO NA TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA SUSTENTÁVEL

TRANSIÇÃO VERDE AGRONEGÓCIO NO CENTRO DAS SOLUÇÕES CLIMÁTICAS

EXPORTAÇÕES DE GRÃOS BALANÇO ATUAL E PERSPECTIVAS PARA 2025



30 ANOS DE DEDICAÇÃO AO AGRO BRASILEIRO

Se o agronegócio brasileiro hoje alcançou um patamar de protagonismo global, esse resultado se deve ao trabalho realizado por todas as pessoas que vivem do agro, com o agro e para o agro.

A ABAG continuará em sua missão de defender as demandas do nosso setor, auxiliando em seu desenvolvimento sustentável, estimulando a criação de novas tecnologias, fomentando novas parcerias, sendo o interlocutor entre os diversos stakeholders, elaborando propostas e projetos para que o agro se mantenha competitivo e sustentável.

abag
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO

30 ANOS
PELO DESENVOLVIMENTO DO AGRO

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
Vogais: Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, José Ermírio de Moraes Neto, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Alexandre Koch Torres de Assis, Almirante Luiz Guilherne Sá de Gusmão, Antonio Monteiro de Castro Filho, Carlos Eduardo de Freitas, Gilberto Duarte Prado, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Marcelo José Basílio de Souza Marinho

CONSELHO CURADOR
Vogais: Antonio Alberto Gouvea Vieira, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado de Minas Gerais, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos (Isaac Sidney Menezes Ferreira), General Sergio Westphalen Etchegoyen, IRB – Brasil Resseguros S.A. (Antônio Cássio dos Santos), João Alfredo Dias Lins (representante da Klabin Irmãos & Cia), Luiz Carlos Piva, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Luiz Roberto do Nascimento e Silva, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maria Tereza Leme Fleury, Miguel Pachá, Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ricardo Oberlander, Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Mendonça Vilela)
Suplentes: Almirante Petronio Augusto Siqueira de Aguiar, Alvaro Toubes Prata, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Guilherme Ary Plonski, Heloi José Fernandes Moreira, Istvan Karoly Kasznar, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Nilson Teixeira, Raphael José de Oliveira Barreto, Sandoval Carneiro Junior, Tenente Brigadeiro-do-Ar Jeferson Domingues de Freitas

Diretor da FGV IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Guilherme Bastos, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues, Sérgio Bortolozzo e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editores-executivos: Evandro Faulin e Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Coordenação de Produção: Karina Souza
Capa: Isabella Lima e Marcela Pereira Lima
Arte e Diagramação: Alexandre Monteiro
Revisão e Edição Textual: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Ana Caroline Teshima
Publicidade e Comercial: Ana Caroline Teshima
Estagiários: Michel Wachsmann e Tiago Gelly Lorente

Av. Paulista , 542 - 3º andar | São Paulo, SP
Tel.: (11) 3799-3645

agroanalysis@fgv.br

Leia as edições anteriores da ***Agroanalysis***:

PATROCÍNIO

ABIOVE
Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais

BASF
We create chemistry

abag

unica

agroceres MULTIMIX

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

CONTROVÉRSIA DA ELEVAÇÃO DA SELIC

SEGUNDO O boletim Focus, do Banco Central do Brasil (BCB), o mercado espera que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano seja de aproximadamente 3,0%. Ao mesmo tempo, a expectativa é de que o diferencial crescente das taxas de juros entre o Brasil e os Estados Unidos provoque uma valorização do real, devendo o ano terminar mais próximo de R$ 5,00/US$, o que alivia a pressão inflacionária. A inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), deve ficar dentro do teto da meta de 4,5%. Além disso, a piora das condições climáticas poderá trazer impactos importantes, ainda não totalmente contabilizados, para a produtividade agropecuária, configurando um novo fator de pressão inflacionária.

A decisão do BCB de elevar a taxa Selic em 0,25 p.p. não encontrou consenso entre os especialistas. De um lado, há quem defenda que a medida é necessária para controlar a inflação e demonstrar o compromisso do BCB com a estabilidade econômica. De outro lado, críticos apontam que a inflação projetada para os próximos anos está dentro da meta, questionando a necessidade de juros mais altos, sobretudo em um contexto de ociosidade da capacidade instalada da indústria.

Essa divergência de opiniões reflete a complexidade dos impactos da Selic sobre a economia. O efeito mais direto do aumento da Selic seria a valorização do real frente ao dólar. No entanto, esse efeito pode ser reduzido pela maior percepção de risco fiscal brasileiro por parte dos investidores. Ou seja, o desconforto do mercado em relação à sustentabilidade da política fiscal pode neutralizar a pressão baixista sobre a taxa de câmbio brasileira.

Para trazer ainda mais discussão sobre a elevação da Selic, a Moody's – uma das três maiores agências de risco – elevou a nota do Brasil nesta semana, tornando o crédito externo mais barato. Isso é muito positivo!

Mas, em razão da elevação da Selic para o setor agropecuário brasileiro, a safra 2024/25 será produzida com custos de financiamento mais altos. Por outro lado, os Estados Unidos iniciaram um ciclo de baixa na taxa de juros, o que tende a contribuir para a sustentação das cotações das *commodities* agrícolas.

Em um cenário global marcado pelas mudanças climáticas e pela necessidade de crescimento econômico sustentável, o agronegócio e a bioeconomia emergem como pilares centrais nas discussões sobre o futuro. No Brasil, essas áreas desempenham um papel de destaque, representando tanto desafios, quanto oportunidades, para liderar a transição verde. Nesse contexto, o artigo de um pesquisador do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) revela que o Produto Interno Bruto da Bioeconomia (PIB-Bio) atingiu 25,2% do PIB nacional em 2023. Esse crescimento reflete a importância dos recursos biológicos no desenvolvimento econômico, com atividades que vão desde a agropecuária até a indústria farmacêutica. O conceito de viés biológico (VB), que mensura o uso de insumos biológicos, demonstra como a bioeconomia está transformando cadeias produtivas globais ao integrar soluções sustentáveis e inovadoras.

Além disso, o artigo de Talita Priscila Pinto, coordenadora do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia (OCBio/FGV), aborda a intersecção entre a bioeconomia e o agronegócio no contexto das discussões do G20, em que essas áreas foram posicionadas como soluções para a segurança alimentar e a descarbonização. O Brasil, com a sua *expertise* em bioenergia e sistemas sustentáveis, tem a oportunidade de ser um protagonista global, desde que consiga superar obstáculos regulatórios e investir em inovações tecnológicas.

Conforme destaca o conteúdo especial da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC), a produção de grãos no Brasil continua em expansão. Apesar das dificuldades logísticas e do aumento na oferta global, o País tem potencial para estabelecer novos recordes na exportação de soja e milho. A China permanece como o principal destino das exportações brasileiras, enquanto outros mercados, como o Japão e o Vietnã, intensificam suas importações de milho.

Em um contexto global de incertezas, o agronegócio brasileiro precisa equilibrar as exigências de sustentabilidade, inovação tecnológica e adaptação às mudanças de mercado. A bioeconomia e o setor agrícola, com sua capacidade de alimentar o mundo e, ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente, são elementos centrais para o futuro do País. Contudo, decisões políticas e econômicas, como a elevação da Selic, exigem cautela para que o Brasil continue sendo competitivo e sustentável. ■

04 EDITORIAL

06 AGRODROPS

16 MERCADOS & NEGÓCIOS

16 CAPA CONTROVÉRSIAS DA ELEVAÇÃO DA SELIC E IMPACTOS SOBRE O AGRO

19 CAPA VIÉS BIOLÓGICO DETERMINA TAMANHO DO PIB DA BIOECONOMIA

21 POLÍTICAS PÚBLICAS

21 O AGRO E AS SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

25 POLÍTICA AMBIENTAL

25 A LEI DA MATA ATLÂNTICA E O CÓDIGO FLORESTAL

28 SUSTENTABILIDADE

28 CAPA O CAMINHO PARA A TRANSIÇÃO VERDE

31 O DESAFIO CLIMÁTICO E A PESQUISA AGROPECUÁRIA

32



CAPA **ANEC**
EXPORTAÇÕES DE GRÃOS: BALANÇO ATUAL E PERSPECTIVAS

41 TCP
REGENERAR OS SOLOS DOS ALGODOEIROS

35



ABRAPA
14º CBA CELEBRA OS 25 ANOS DA ABRAPA EM GRANDE ESTILO

38



BBM
BBM CAMINHA AO LADO DO ALGODÃO BRASILEIRO

42



ANEA
BRASIL: O MAIOR EXPORTADOR MUNDIAL DE ALGODÃO

44 AGRICULTURA REGENERATIVA
CONCEITO E INTERPRETAÇÃO DE PRAGA NO ECOSSISTEMA

45 FAESP
NA EXPECTATIVA PELO FUNDO INDENIZATÓRIO

46 PRODUZIR
A NECESSÁRIA APROVAÇÃO DE UMA NOVA LEI PARA BIOINSUMOS

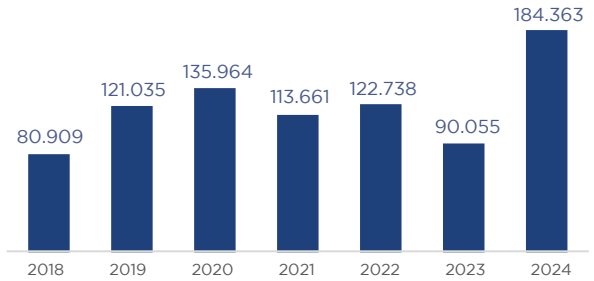
47 OPINIÃO
POTENCIAL SUSTENTÁVEL DA ÁREA IRRIGADA EM SÃO PAULO

48 REFLEXÃO
O CLIMA, OS SUSTOS, A TRANSIÇÃO

NÚMERO DE QUEIMADAS NO BRASIL MAIS DO QUE DOBRA EM UM ANO

Segundo o monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o País registrou, até 15 de setembro último, 184.363 focos de incêndio neste ano. No mesmo período do ano passado, a quantidade era 90.055 – ou seja, houve uma alta de 104%. Os focos de incêndio no território brasileiro equivalem a mais de 50% dos focos registrados na América do Sul neste ano. O bioma Amazônia foi mais atingido do que o Cerrado, tal como ocorreu no ano passado. Os três estados com mais incêndios neste ano foram Mato Grosso, Pará e Amazonas. Os incêndios afetam a saúde pública, com um aumento de poluição e doenças respiratórias, além de causar grandes prejuízos à economia e ao meio ambiente.

BRASIL: FOCOS DE INCÊNDIO DETECTADOS POR SATÉLITE ENTRE 1º DE JANEIRO E 15 DE SETEMBRO DE CADA ANO

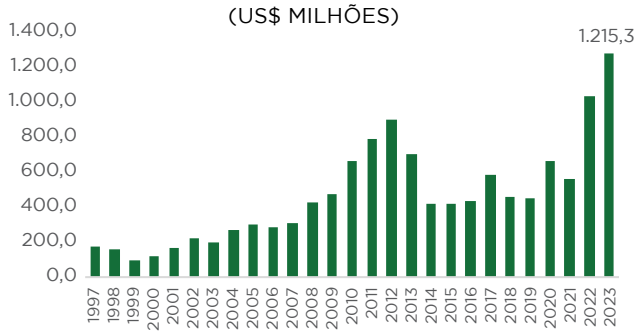


Fonte: INPE

BRASIL ABRE MERCADO NO MARROCOS PARA EXPORTAÇÃO DE DDG

O Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) anunciou a abertura de mercado para a exportação de grãos secos destilados (DDG, na sigla em inglês) ao Marrocos. Os DDG são um subproduto da destilação de grãos amplamente utilizado na ração animal, devido ao seu alto teor proteico-energético, contribuindo para a nutrição do rebanho. O Marrocos foi o terceiro maior destino das exportações do agronegócio brasileiro para a África em 2023, somando US$ 1,21 bilhão. O MAPA ressaltou que essa abertura de mercado é a 106ª desde o início deste ano, resultado de esforços conjuntos ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) para expandir o agronegócio brasileiro. Desde o ano passado, o Brasil alcançou 184 novas aberturas, em 58 países.

BRASIL: EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO PARA O MARROCOS
(US$ MILHÕES)

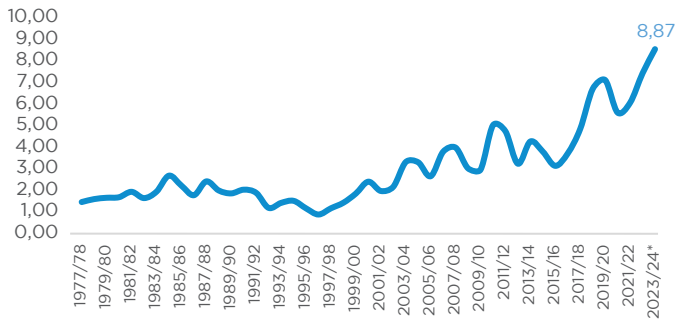


Fonte: MAPA

SAFRA DE ALGODÃO DEVE ALCANÇAR RECORDE APESAR DOS DESAFIOS

A safra de algodão 2023/24 está na reta final no Brasil, com 95,6% da colheita concluída até 9 de setembro último, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Apesar dos desafios climáticos e da pressão de pragas como o bicudo-do-algodoeiro e a mosca-branca, a produção deve atingir um recorde, principalmente devido ao aumento na área plantada. Em Mato Grosso, principal estado produtor, a área semeada cresceu 18,9% em relação à do ciclo anterior, embora a produtividade tenha caído 1,4%. Mesmo com essas adversidades, a produção no estado deverá ser 17,2% maior do que a do ciclo passado. A produção brasileira deverá totalizar 8,87 milhões de toneladas, registrando uma expansão de 15,2% frente à da safra 2022/23.

BRASIL: PRODUÇÃO DE ALGODÃO
(MILHÕES DE TONELADAS)



*Previsão
Fonte: Conab

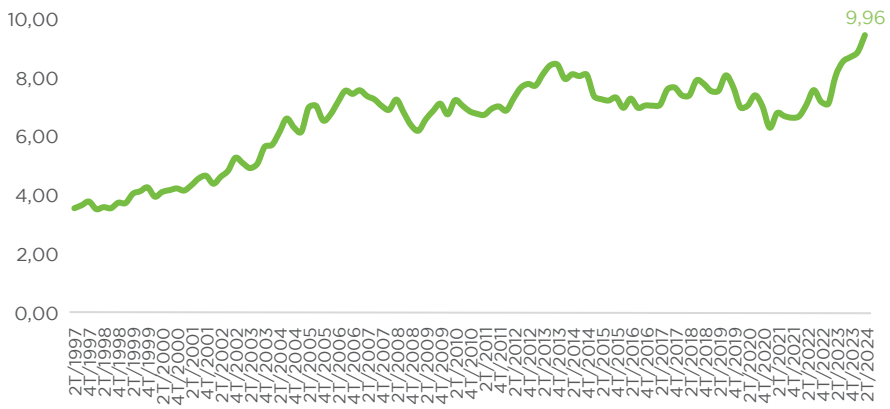
GOVERNO ANUNCIA US$ 1,3 BILHÃO DO FUNDO CLIMA PARA RECUPERAR PASTAGENS

O governo brasileiro destinará US$ 1,3 bilhão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) para recuperar pastagens degradadas e convertê-las em áreas agricultáveis. O programa, parte do esforço nacional por uma agricultura de baixo carbono, será financiado com condições mais atraentes para os produtores, como juros de até 6,5% ao ano e prazo de dez anos para pagamento e carência. Os recursos serão captados por meio do Eco Invest Brasil, programa de *hedge* cambial criado para atrair investimentos internacionais focados em sustentabilidade. A previsão é de que o valor financiado esteja disponível até o fim do ano, com a expectativa de dobrar a produção de alimentos sem a abertura de novas áreas.

ABATE DE BOVINOS ATINGE RECORDE NO SEGUNDO TRIMESTRE

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de bovinos abatidos cresceu 17,5% em relação ao do segundo trimestre de 2023 e 6,7% em comparação ao primeiro trimestre de 2024. O total de cabeças abatidas atingiu 9,96 milhões, estabelecendo um novo recorde desde o início da série histórica, em 1997. O abate de fêmeas aumentou 20,8% em relação ao do segundo trimestre de 2023, devido à diminuição do preço dos bezerros no ano, enquanto o abate de machos cresceu 14,8%. De acordo com Bernardo Viscardi, supervisor da pesquisa, "o abate de bovinos estava em um ciclo de contenção entre 2019 e 2021, mas entrou em um ciclo de expansão a partir de 2022".

BRASIL: REBANHO BOVINO ABATIDO POR TRIMESTRE
(MILHÕES DE CABEÇAS)

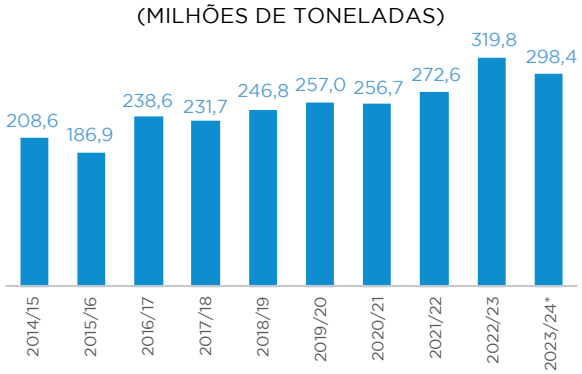


Fonte: IBGE

BRASIL DEVE COLHER A SEGUNDA MAIOR SAFRA DE GRÃOS DA HISTÓRIA

A Conab projeta que o Brasil encerrará a safra de grãos 2023/24 com 298,40 milhões de toneladas, o que representa uma queda de 21,40 milhões de toneladas em comparação ao ciclo anterior, devido à irregularidade nas chuvas e a baixas precipitações em importantes regiões produtoras, como o Centro-Oeste, o MATOPIBA – região compreendida por partes dos estados do Maranhão, de Tocantins, do Piauí e da Bahia –, São Paulo e o Paraná. Apesar da queda, essa será a segunda maior safra já registrada no País, com destaque para o aumento de 1,6% na área semeada, que totaliza 79,82 milhões de hectares. A soja será a cultura mais impactada, com uma redução estimada de 4,7% no seu volume de produção, enquanto o algodão deverá atingir um recorde de 3,65 milhões de toneladas de pluma – uma expansão de 15,1%.

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS POR SAFRA
(MILHÕES DE TONELADAS)

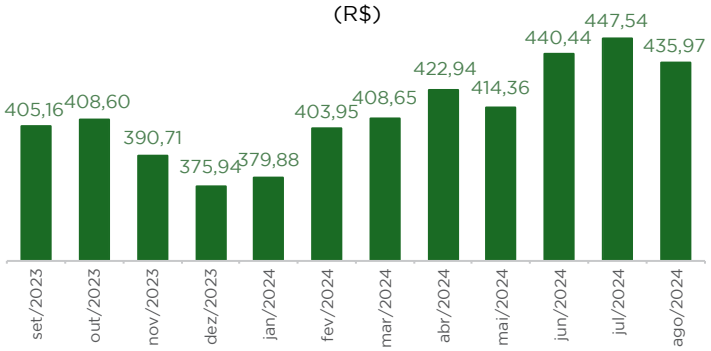


*Estimativa em setembro de 2024
Fonte: Conab

ÍNDICE DE COMMODITIES DO BCB CAI 2,31%, PUXADO PELO SETOR AGROPECUÁRIO

Em agosto último, o Índice de Commodities do Banco Central do Brasil (IC-Br) registrou uma queda de 2,31% em comparação ao mês anterior, com os preços das *commodities* agropecuárias sendo o principal fator de recuo, atingindo a marca de R$ 435,97, frente a R$ 447,54 em julho do mesmo ano (-2,59%). Os setores de energia (-2,34%) e metais (-1,50%) também contribuíram para a baixa. No acumulado do ano, o Índice, no entanto, apresenta uma alta de 15,97%, refletindo a volatilidade dos mercados de *commodities*. O IC-Br mede a variação média dos preços em reais de um conjunto de *commodities* relevantes para a inflação brasileira.

IC-BR DA AGROPECUÁRIA
(R$)



Fonte: BCB

PERSPECTIVAS PARA A SAFRA 2024/25

Diante da frequência e da intensidade das adversidades climáticas nos últimos anos, pairam expectativas sobre o desempenho das culturas da safra 2024/25. Com liquidez e lucrativa, a soja segue em ritmo de expansão na área plantada. A situação apresenta-se mais cautelosa no milho. Por sua vez, o algodão, o arroz e o feijão devem apresentar um novo crescimento no volume a ser colhido. Os levantamentos foram apurados pela Conab. A produção total poderá passar de 298,4 milhões para 323,3 milhões de toneladas (+8,3%), enquanto a área expande de 79,7 milhões para 81,8 milhões de hectares (+2,6%). Além de recuperação, essa projeção deverá estabelecer um novo recorde.

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DA SAFRA DE GRÃOS

PRODUTO	Safra 2023/24		Safra 2024/25	
	Área (milhões de hectares)	Produção (milhões de toneladas)	Área (milhões de hectares)	Produção (milhões de toneladas)
Algodão	1,9	5,2	2,1	5,3
Arroz	1,6	10,6	1,8	12,1
Feijão	2,9	3,2	3,2	3,3
Milho	21,0	115,7	21,0	119,8
Soja	46,0	147,4	47,4	166,3
Outros	6,3	16,5	6,3	16,5
TOTAL	**79,7**	**298,4**	**81,8**	**323,3**

Fonte: Conab

SOJA NA LIDERANÇA DA PRODUÇÃO E DA ÁREA DE GRÃOS

No total de grãos da safra 2023/24 da agricultura brasileira, a sojicultura participou com 58% da área e 49% da produção. Em relação ao ciclo anterior, a área cresceu para 46,0 milhões de hectares (+4,3%), mas a produção recuou para 147,4 milhões de toneladas (-4,7%). Isso explica a queda na produtividade para 3,20 toneladas por hectare (-8,7%). Fortes extremos climáticos acometeram diversos estados. Apesar das adversidades ocorridas, os resultados técnicos e econômicos obtidos no País podem ser considerados satisfatórios. A cultura representa o carro-chefe entre as lavouras plantadas no território.

BRASIL: ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DE SOJA

SAFRA	Área (milhões de hectares	Produção (milhões de toneladas)	Produtividade (toneladas por hectare)
2014/15	33,1	97,1	3,03
2015/16	33,2	95,7	2,88
2016/17	33,9	115,0	3,39
2017/18	35,1	123,2	3,51
2018/19	35,9	119,3	3,34
2019/20	36,9	124,8	3,38
2020/21	39,5	139,4	3,77
2021/22	41,0	125,5	3,03
2022/23	44,1	154,6	3,51
2023/24	46,0	147,4	3,20

Fonte: Conab

BAIXA OFERTA DE SUCO DE LARANJA

Adversidades climáticas e a incidência da doença do *greening* ao longo das últimas cinco safras provocaram uma diminuição na produção nacional de laranja. Com a redução na disponibilidade, os preços do suco da fruta tiveram uma elevação inédita. Na safra 2023/24, a receita com exportação alcançou um valor recorde, superando o pico da temporada passada. A oferta tende a permanecer em um nível inferior ao da demanda nos próximos anos. As aquisições de suco de laranja brasileiro concentram-se na União Europeia (52%) e nos Estados Unidos (33%), com complementos do Japão e da China. Importantes mercados tradicionais da bebida retraíram o consumo, embora a balança comercial externa conviva com resultados econômicos favoráveis.

EXPORTAÇÃO DE SUCO DE LARANJA (FCOJ)

SAFRA	Receita (US$ milhões) (A)	Quantidade (milhões de toneladas) (B)	Preço médio (US$ milhões) (A)/(B)
2014/15	2,04	1,14	1,80
2015/16	1,74	1,08	1,62
2016/17	1,62	0,89	1,81
2017/18	2,11	1,15	1,83
2018/19	1,81	0,92	1,97
2019/20	1,75	1,07	1,64
2020/21	1,52	1,02	1,49
2021/22	1,76	1,04	1,70
2022/23	2,04	1,03	1,98
2023/24	2,51	0,96	2,61

FCOJ: suco de laranja concentrado congelado
Fonte: SECEX

NOVO *STATUS* PARA O BRASIL QUANTO À FEBRE AFTOSA

O Brasil avança no Plano Estratégico do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (PE-PNEFA). Neste ano, ocorrerá a última imunização do rebanho bovino contra febre aftosa em doze Unidades da Federação (UFs) e em parte do estado do Amazonas. A Organização Mundial de Saúde Animal (WOAH, na sigla em inglês) passa a reconhecer o País como livre da doença sem vacinação. Isso significa o fim do ciclo de vacinação iniciado há mais de cinquenta anos. Ao todo, mais de 244 milhões de bovinos e bubalinos, em cerca de 3,2 milhões de propriedades, deixarão de ser vacinados. O novo *status* fortalece a posição do País no mercado internacional, aumenta a confiança dos consumidores e dos parceiros comerciais, além de robustecer a segurança dos produtos.

ACESSE O NOSSO SITE PARA LER AS EDIÇÕES DA **AGROANALYSIS** GRATUITAMENTE: **AGRO.FGV.BR**

A **AGROANALYSIS** É UM DOS MAIS IMPORTANTES VEÍCULOS FORMADORES DE OPINIÃO NO **SETOR DO AGRONEGÓCIO.**



SÃO MAIS DE **40 ANOS NO MERCADO** GARANTINDO A **QUALIDADE DA INFORMAÇÃO** QUE CHEGA ATÉ VOCÊ!

CURSOS

MENSURAÇÃO DE CARBONO NA AGRICULTURA E PECUÁRIA

Início: 21/10/2024
Término: 24/10/2024

Carga horária: 16 horas

Aprenda sobre:

- Conhecimentos a respeito das mudanças do clima;
- Impactos econômicos das mudanças climáticas;
- Ampla visão a respeito das emissões do setor agropecuário;
- Habilidades para identificar processos de emissão e remoção de GEE dentro da fazenda;
- Utilização da ferramenta GHG Protocol Agricultura;
- Aspectos gerais sobre legislação a respeito do mercado de carbono;
- Subsídios para realizar o cálculo da mensuração de carbono na fazenda.

DATA SCIENCE: APLICAÇÕES NO SETOR DA BIOENERGIA

Início: 25/10/2024
Término: 14/12/2024

Carga horária: 40 horas

Aprenda sobre:

- Conceitos de estatística e análise de dados;
- Programação básica e intermediária em R;
- Estruturação, manipulação e visualização de dados;
- Fundamentos para a organização de bancos de dados relacionais;
- Acesso e consulta às principais bases de dados sobre bioenergia;
- Modelagem e ferramentas de *machine learning* aplicadas à bioenergia;
- Interpretação dos modelos computacionais e uso dos resultados para a tomada de decisão.

O FIAGRO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DOS NEGÓCIOS NO CAMPO

Início: 29/10/2024
Término: 31/10/2024

Carga horária: 12 horas

Aprenda sobre:

- Os vários formatos de negócio na cadeia ampla do agro;
- Noções legais e conceitos básicos da estrutura jurídica no âmbito da cadeia;
- O papel do gestor no âmbito dessa cadeia quanto a questões como *compliance*, gestão e planejamento estratégico e fiscal.

AGROCONTROLE: GESTÃO CONTÁBIL E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO AGRONEGÓCIO

Início: 04/11/2024
Término: 07/11/2024

Carga horária: 16 horas

Aprenda sobre:

- A importância do setor para a economia nacional;
- As principais normas e legislações que impactam o setor;
- Vantagens das principais operações de crédito para o agronegócio;
- Tratamento tributário para as principais operações;
- Como utilizar as ferramentas contábeis e financeiras para gestão do negócio;
- Análise e interpretação dos indicadores financeiros, avaliando a saúde da empresa.

LOGÍSTICA INTEGRADA NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO PARA SOJA, MILHO E FERTILIZANTES

Início: 11/11/2024
Término: 26/11/2024

Carga horária: 24 horas

Aprenda sobre:

- Fundamentos da logística empresarial aplicados ao agronegócio;
- Os principais corredores logísticos utilizados no transporte de produtos agrícolas;
- Os diferentes modais de transporte e sua utilização nos principais corredores logísticos do agronegócio;
- Gestão de custos logísticos na cadeia de suprimentos do agronegócio;
- Projetos de infraestrutura e tecnologia aplicados à logística no agronegócio.

ESG NO SETOR AGRÍCOLA

Início: 25/11/2024
Término: 03/12/2024

Carga horária: 16 horas

Aprenda sobre:

- Desenvolvimento de técnicas de avaliação sobre os conceitos fundamentais de ESG;
- Identificação e implementação de práticas sustentáveis no setor agrícola;
- Promoção da governança ética e da responsabilidade social em suas áreas de atuação.

Os seis cursos têm vagas limitadas. Para se inscrever e ter mais informações, você pode acessar o link **https://agro.fgv.br/cursos** ou o QR *code* a seguir:

QUEREMOS SABER DE VOCÊS

Quais cursos de curta duração você gostaria que fossem ofertados pelo FGV Agro?

Acesse o QR *code* a seguir e preencha com sua opinião.

SUSTENTABILIDADE E VALOR AGREGADO

Como uma das especialistas brasileiras presentes no Congresso da Associação Argentina de Produtores de Semeadura Direta (AAPRESID) – realizado em Buenos Aires, na Argentina, em 7 e 8 de agosto último –, Talita Priscila Pinto, coordenadora do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV), contribuiu com o painel "Sustentabilidade e valor agregado: aposta estratégica para o agro das Américas".

O evento discutiu temas importantes, como agricultura sustentável, mudança climática e sistema de plantio direto, reunindo especialistas de vários países. Durante o evento, Talita abordou os desafios específicos que o Brasil enfrenta no campo da bioeconomia. Em entrevista, ela destacou que um dos principais entraves para o País é a falta de uma definição clara de bioeconomia, o que prejudica a capacidade do Brasil de atrair financiamentos, especialmente de fontes internacionais.

No entanto, Talita esclareceu que, apesar dessas dificuldades, o Brasil tem avançado no desenvolvimento de métricas e na valoração de ativos ligados à bioeconomia, o que coloca o País em uma posição favorável para superar esses desafios no futuro.

Para saber mais sobre a participação do OCBio no evento, acesse o QR *code* a seguir:

NOVA LEI ANTIDESMATAMENTO DA UE E IMPACTOS SOBRE O BRASIL

Na sua coluna de agosto último do programa Planeta Campo, no Canal Rural, Leonardo Munhoz, advogado e pesquisador do OCBio, discutiu os desafios da nova Lei Antidesmatamento da União Europeia (UE) e os seus impactos sobre o Brasil.

Devendo entrar em vigor em 31 de dezembro próximo, a legislação, que proíbe a importação de produtos de áreas desmatadas após 2020, utiliza mapas florestais da própria UE, o que, segundo Munhoz, pode gerar conflitos com os dados de países exportadores, como o Brasil, devido à falta de sincronia e transparência.

O pesquisador defendeu a necessidade de um diálogo contínuo entre o Brasil e a UE para evitar que a lei prejudique o comércio internacional.

Assista à coluna na íntegra por meio do QR *code* a seguir:

ENCONTRO DO G20 AGRO FOCOU NA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Em entrevista para o Record News Rural, Talita Priscila Pinto, coordenadora do OCBio, destacou a importância do Brasil no cenário global de segurança alimentar e agricultura sustentável. No encontro internacional do G20 Agro, realizado em Chapada dos Guimarães-MT, foram discutidos temas importantes, como as queimadas e o papel da agropecuária sustentável na mitigação dos impactos das mudanças climáticas.

Talita reforçou o protagonismo do Brasil, que, além de ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo, tem o potencial de liderar práticas agrícolas que equilibram produção e sustentabilidade. Além disso, ressaltou a importância das relações comerciais globais para garantir o fluxo de alimentos entre países, sempre em conformidade com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Segundo Talita, a capacidade do Brasil de prover alimentos em larga escala, aliada ao compromisso com a sustentabilidade, coloca o País em uma posição estratégica nas discussões sobre o futuro da agropecuária global frente aos desafios climáticos.

Para assistir à entrevista completa da coordenadora, acesse o QR *code* a seguir:

XI WORKSHOP SOBRE RESTAURAÇÃO FLORESTAL

Realizado de 29 a 31 de agosto último, o XI Workshop sobre Restauração Florestal foi organizado pelo Grupo de Adequação Ambiental (GADE), da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP). Como participante do evento, Leonardo Munhoz, advogado e pesquisador do OCBio, discutiu os entraves regulatórios que afetam o restauro florestal no Brasil.

Munhoz destacou o atraso na implementação do Código Florestal, ressaltando os desafios jurídicos e os problemas no Cadastro Ambiental Rural (CAR), especialmente relacionados à validação das informações e ao início dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs).

Além disso, o pesquisador explorou o potencial econômico da restauração florestal tanto na geração de valor para propriedades rurais, quanto na preservação ambiental, apontando a sua importância no contexto dos Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e no futuro mercado regulado de carbono no Brasil. Ele abordou, também, os desafios do mercado voluntário de carbono, com ênfase nas dificuldades enfrentadas pelas certificadoras internacionais que atuam no País.

Para mais informações, acesse o QR *code* a seguir:

OCBIO NO G20

Representantes do OCBio participaram, em setembro último, na cidade do Rio de Janeiro, da reunião Iniciativa do G20 sobre Bioeconomia, cujo tema principal foi a produção industrial baseada em bioeconomia. Durante o encontro, discutiram-se os desafios e as oportunidades de impulsionar a bioeconomia como eixo central para o desenvolvimento sustentável, especialmente no contexto das mudanças climáticas globais.

Marina Silva, ministra do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), também esteve presente e destacou a urgência em combater o crescente número de queimadas no Brasil, ressaltando que essa questão não poderia ser deixada de lado em debates que envolvem a bioeconomia.

Segundo a ministra, há a necessidade de alinhar a produção industrial com práticas que preservem a biodiversidade, uma vez que o avanço descontrolado das queimadas ameaça não apenas o meio ambiente, mas também os potenciais benefícios econômicos que podem ser gerados pela bioeconomia.

SHUTTERSTOCK



AGROINDÚSTRIA REGISTRA O MELHOR CRESCIMENTO ACUMULADO NO ANO DESDE 2010

Em julho último, de acordo com o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), o volume de produção da agroindústria registrou uma expansão de 3,7% frente ao mesmo mês de 2023, correspondendo ao melhor resultado para o mês desde 2017. A alta registrada em julho foi derivada tanto da expansão do segmento de produtos alimentícios e bebidas, quanto, notadamente, do segmento de produtos não alimentícios, uma vez que eles apresentaram altas de, respectivamente, 2,2% e 5,6%. É importante ressaltar, contudo, que o desempenho agroindustrial no mês foi favorecido por um efeito calendário positivo, pois julho último teve dois dias úteis a mais do que o mesmo período de 2023.

Entre janeiro e julho últimos, o volume acumulado da agroindústria cresceu 3,3% em relação ao mesmo período de 2023, marcando o melhor desempenho desde 2010.

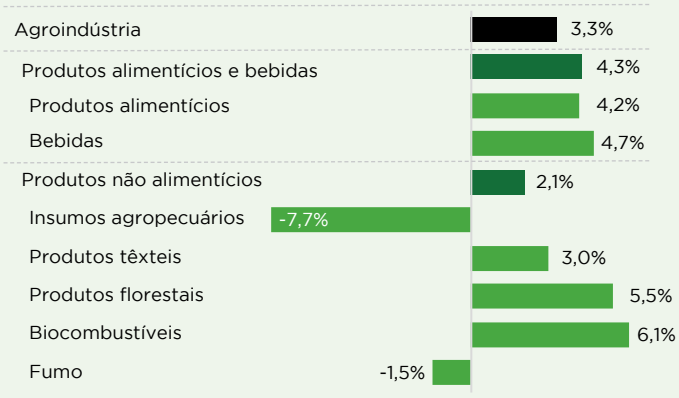
O crescimento de 5,6% do segmento de produtos não alimentícios destacou-se como o maior para o mês de julho dos últimos seis anos. Uma parte desse crescimento está relacionada a uma base de comparação mais baixa, já que, em julho de 2023, registrou-se uma queda de 6,7%. No entanto, ressalta-se que, dentro desse segmento, houve expansões expressivas nos setores de produtos têxteis (11,2%), de insumos agropecuários (8,5%) e de produtos florestais (4,7%). Esse crescimento do segmento de produtos não alimentícios só não foi maior por conta dos setores de fumo (-4,7%), que ainda está lidando com os impactos das enchentes sobre o estado gaúcho, e de biocombustíveis (-0,3%), que foi afetado pela forte seca no Centro-Sul do País.

No segmento de produtos alimentícios e bebidas, a alta de 2,2% foi impulsionada pelo aumento na produção de alimentos de origem animal, que cresceu 7,6%, principalmente devido a uma maior produção de carnes. O setor de bebidas também registrou um forte crescimento (8,4%). Em contrapartida, a produção de alimentos de origem vegetal contraiu 6,4%, com queda na produção de conservas, sucos, óleos e gorduras, arroz e, sobretudo, açúcar refinado.

No ano – isto é, no acumulado entre janeiro e julho últimos –, o volume da produção agroindustrial acumulou um crescimento de 3,3% frente ao mesmo período de 2023, representando o melhor desempenho dos últimos quatorze anos. Tanto o segmento de produtos alimentícios e bebidas quanto o de produtos não alimentícios contribuíram para esse resultado, com altas acumuladas de, respectivamente, 4,3% e 2,1%.

AGROINDÚSTRIA E OS SEUS SEGMENTOS E SETORES: VARIAÇÃO ACUMULADA DE JANEIRO A JULHO DE 2024 *VERSUS* JANEIRO A JULHO DE 2023 (%)

Nos primeiros sete meses deste ano, os segmentos de produtos alimentícios e bebidas e de produtos não alimentícios tiveram crescimentos de, respectivamente, 4,3% e 2,1%. Os únicos setores em campo negativo foram os de insumos agropecuários (-7,7%) e de fumo (-1,5%).



Fonte: FGV Agro

Dentro da agroindústria, apenas dois setores ainda não conseguiram entrar em campo positivo considerando a variação acumulada no ano: insumos agropecuários (-7,7%) e fumo (-1,5%). O primeiro deles vem demonstrando uma maior dificuldade ao longo do ano, causada pela maior cautela dos produtores em relação aos preparativos para a safra 2024/25 e aprofundada pela tragédia climática no Rio Grande do Sul – porém, vale destacar que o setor conseguiu diminuir um pouco as suas perdas nos últimos dois meses. Já o segundo setor, que havia acumulado um crescimento expressivo até abril último, foi drasticamente afetado pelas enchentes no estado gaúcho, resultando em perdas acumuladas ao longo do ano.

Esses dados reforçam que, apesar dos desafios enfrentados por alguns setores, a agroindústria brasileira tem mostrado um desempenho expressivo, o qual está associado, sobretudo, ao acelerado aquecimento do mercado interno brasileiro e ao bom volume exportado pelo setor.









ATENÇÃO ESTE PRODUTO É PERIGOSO À SAÚDE HUMANA, ANIMAL E AO MEIO AMBIENTE. USO AGRÍCOLA. VENDA SOB RECEITUÁRIO AGRONÔMICO. CONSULTE SEMPRE UM AGRÔNOMO. INFORME-SE E REALIZE O MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS. DESCARTE CORRETAMENTE AS EMBALAGENS E OS RESTOS DOS PRODUTOS. LEIA ATENTAMENTE E SIGA AS INSTRUÇÕES CONTIDAS NO RÓTULO, NA BULA E NA RECEITA. UTILIZE OS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL.

Soluções BASF Algodão. Alta confiança em cada tecnologia.



Em todas as fases do cultivo, as Soluções BASF Algodão são a melhor escolha para você, que busca a melhor produtividade com a melhor qualidade de fibra. E só quem investe em pesquisa, desenvolvimento e inovação pode oferecer um portfólio completo, eficiente e altamente confiável.

Sementes

FiberMax®

Tratamento de Sementes

Standak® Top
Votivo® Prime
Poncho®
Ilevo®
Sistiva®
Acronis®

Fungicidas

Belyan®
Blavity®
Orkestra® SC
Spot® SC
Melyra®
Versatilis®

Regulador de Crescimento

Pix® HC

Inseticidas

Imunit®
Fastac® Duo
Vinquo®
Nomolt® 150
Fastac® 100 SC
Pirate®

Tecnologia

Sistema Seletio™

Herbicidas

Heat®
Durance® S
Liberty®
Prowl® H_2O

Digital

xarvio® FIELD MANAGER PRO
xarvio® FIELD MANAGER Premium
xarvio® SCOUTING



BASF na Agricultura.
Juntos pelo seu Legado.

BASF
We create chemistry

FiberMax®
Algodão

CONTROVÉRSIAS DA ELEVAÇÃO DA SELIC E IMPACTOS SOBRE O AGRO

FELIPPE SERIGATI[1], ANDRÉ DIZ[2], ROBERTA POSSAMAI[3]

Na sua última reunião, em setembro último, o Copom aprovou a elevação da taxa básica de juros (Selic) em 0,25 p.p. Para apresentar as posições favoráveis e contrárias a tal decisão, este artigo analisa alguns dos critérios que embasam os argumentos de um e outro lado: as projeções para a inflação; a política fiscal em curso; as decisões dos EUA quanto aos seus juros; os custos do trabalho no Brasil; a ociosidade da capacidade instalada da indústria brasileira; e os eventos climáticos adversos. Além disso, comentam-se os efeitos da elevação da Selic sobre o agronegócio, destacando-se a elevação do real frente ao dólar e as consequências disso para as cotações das commodities *agrícolas nacionais.*

HÁ UMA piada no mercado que diz que, quando dois economistas debatem um tema, surgem pelo menos três opiniões, todas divergentes. Claramente, a decisão do Banco Central do Brasil (BCB) de elevar a taxa Selic em 0,25 p.p. na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) é um bom exemplo. Os próximos parágrafos apresentarão os argumentos em relação à decisão do Copom e os impactos desse novo ciclo de alta dos juros sobre o agro brasileiro.

BANCO CENTRAL PRECIPITOU-SE AO ELEVAR A TAXA DE JUROS

Embora a lista de argumentos contrários à decisão de elevar a taxa de juros possa ser bem maior, serão apresentados alguns argumentos a seguir:

- **O mercado projeta uma inflação cada vez menor** – de acordo com o boletim Focus (de 20 de setembro último), do BCB, a mediana das projeções para a inflação (apontada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) neste ano é de 4,4% (dentro da margem de tolerância do regime de metas de inflação). Além disso, para 2025 e 2026, essas mesmas projeções são de, respectivamente, 4,0% e 3,6%.

- **O déficit fiscal está reduzindo** – enquanto o déficit primário de 2023 foi de R$ 230,0 bilhões, o valor projetado pelo Focus para este ano é de R$ 57,6 bilhões. De forma análoga, os déficits para 2025 e 2026 também seguem essa trajetória de contração. Ou seja, a política fiscal, embora expansionista, já está em trajetória de alguma acomodação.

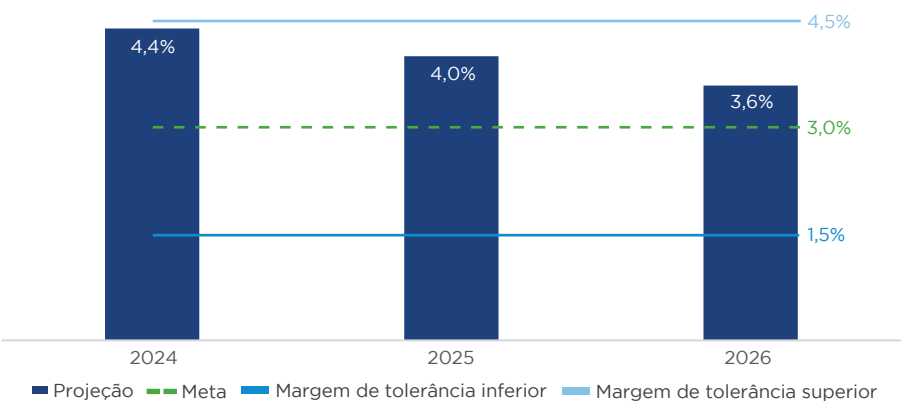
- **Os Estados Unidos (EUA) entraram no seu ciclo de redução de juros** – em um movimento oposto ao realizado pelo Brasil, o Banco Central dos EUA (Fed), também em setembro, reduziu a sua taxa básica de juros em 0,5 p.p. Isso pode reduzir a taxa de câmbio brasileira, que, por sua vez, pode gerar uma pressão baixista sobre os preços de bens comercializáveis (como as *commodities*) e de importados. Esse movimento tende a desacelerar a inflação.

- **Poucos sinais generalizados de pressão sobre custos do trabalho** – embora o mercado de trabalho esteja aquecido, com a taxa de desemprego em um patamar historicamente baixo, não há sinais de pressão sobre os custos associados à mão de obra, inclusive salários.

- **Oferta nacional em condições de atender a demanda interna**

PROJEÇÃO PARA O IPCA EM 2024, 2025 E 2026: VARIAÇÃO FRENTE AO ANO ANTERIOR (%)

Dentro da margem de tolerância do regime de metas, a mediana das projeções para a inflação deste ano é de 4,4%. Para 2025, as projeções indicam uma inflação de 4,0% e, para 2026, de 3,6%.



Fonte: BCB

– ainda há alguma ociosidade na capacidade instalada da indústria brasileira, refletindo espaço para acomodar uma demanda interna aquecida sem pressionar os preços de bens industriais.

- **Eventos climáticos adversos são choques de oferta exógenos** – os eventos climáticos do segundo semestre, especialmente a escassez hídrica, temperaturas acima da média e queimadas/incêndios florestais, representam um choque de oferta exógeno e temporário, principalmente se as chuvas sinalizadas pelos modelos climáticos se confirmarem. Além disso, tais condições são insensíveis aos instrumentos de política monetária, tal como a elevação da taxa de juros.

Entre os argumentos favoráveis à elevação da taxa Selic pelo Copom, destacam-se a projeção de uma inflação cada vez menor, a redução dos juros pelos EUA, a pressão generalizada sobre custos do trabalho, uma oferta industrial nacional capaz de atender a demanda interna e adversidades climáticas como choques de oferta exógenos.

BANCO CENTRAL DEMONSTROU SERIEDADE AO ELEVAR A TAXA

Partindo do princípio de que não é razoável que um Banco Central assuma riscos desnecessários, há argumentos favoráveis à decisão do Copom. Estas são as justificativas de quem concorda com a postura do BCB:

- **As expectativas de inflação estão cada vez mais desancoradas** – a meta da inflação para 2024, 2025 e 2026 é de 3,0%. Nem em 2026, o mercado está projetando que o BCB consiga convergir a inflação para a meta. Na realidade, a cada atualização do Focus, as expectativas de inflação têm se distanciando mais e mais dessa meta.

- **Política fiscal excessivamente expansionista e endividamento cada vez maior** – exceto no período da pandemia, o Brasil tem adotado uma política fiscal mais expansionista desde 2010. Apesar do esforço do Governo de ampliar a arrecadação, os gastos primários ainda crescem em ritmo mais acelerado. Para piorar, o Governo tem lançado mão de medidas parafiscais no intuito de fazer as despesas parecerem menores. Além de aquecer excessivamente o mercado interno, essas medidas aumentam a percepção de risco com relação à economia brasileira, com impactos tanto sobe o câmbio, quanto sobre a inflação.

- **O aumento da percepção de risco tem compensado a perspectiva de redução dos juros nos EUA** – apesar do ciclo de redução na taxa de juros dos EUA (e nas demais economias avançadas, exceto o Japão), a insustentável trajetória fiscal brasileira tem aumentado a percepção de risco dos agentes com relação à dívida brasileira e pressionado para cima a taxa de câmbio. Desta forma, enquanto, em janeiro último, a taxa de câmbio era de R$ 4,90/US$; em setembro, ela orbitou o patamar de R$ 5,50/US$, elevando as cotações em reais das *commodities* agrícolas e o preço dos importados – e ambos os eventos pressionam a inflação.

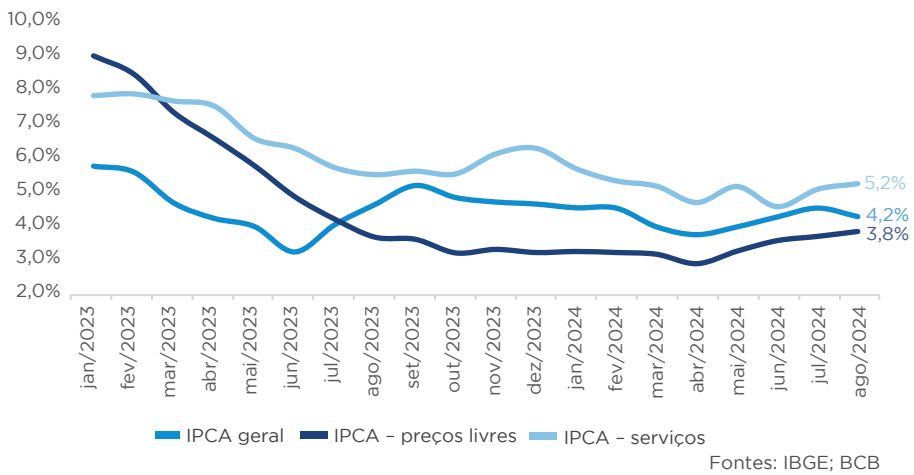
- **Salários crescendo acima da produtividade da mão de obra** – devido ao mercado de trabalho aquecido, a remuneração média cresceu 5,1%, em termos reais, em 2023. Somente no primeiro semestre deste ano, a remuneração média real já acumulou uma alta de 4,6%. Como reflexo disso, a inflação de serviços acumulou uma alta de 5,2% nos últimos doze meses e está acelerando.

- **A ociosidade da capacidade instalada é muito baixa** – em agosto último, a utilização da capacidade instalada da indústria brasileira foi de 83,7%, o maior patamar desde setembro de 2014.

- **A China tem contido a inflação de bens industriais** – esta só não está acelerada devido às importações de peças, partes e componentes. Devido à fragilidade do seu mercado interno, a China tem exportado o excedente da sua

EVOLUÇÃO DA TAXA DE INFLAÇÃO: VARIAÇÃO ACUMULADA EM DOZE MESES (%)

Como reflexo do crescimento de 4,6% na remuneração média acumulado no primeiro semestre deste ano, observa-se que a inflação de serviços acumulou uma alta de 5,2% nos últimos doze meses e continua acelerando.



Fontes: IBGE; BCB

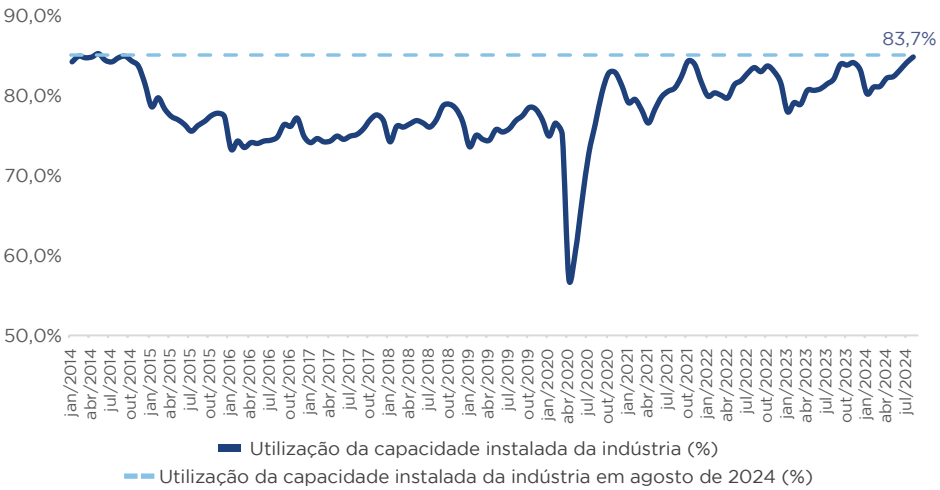
produção industrial para o resto do mundo, especialmente para os mercados emergentes. Por um lado, isso tem causado desconforto para a indústria local; por outro lado, tem conseguido conter a alta nos preços dos bens industriais, apesar do aquecimento do mercado interno.

- **A decisão do Copom não está relacionada à crise climática** – por fim, vale destacar que, no comunicado do Comitê, não há qualquer menção aos choques climáticos como justificativa para a elevação na taxa de juros.

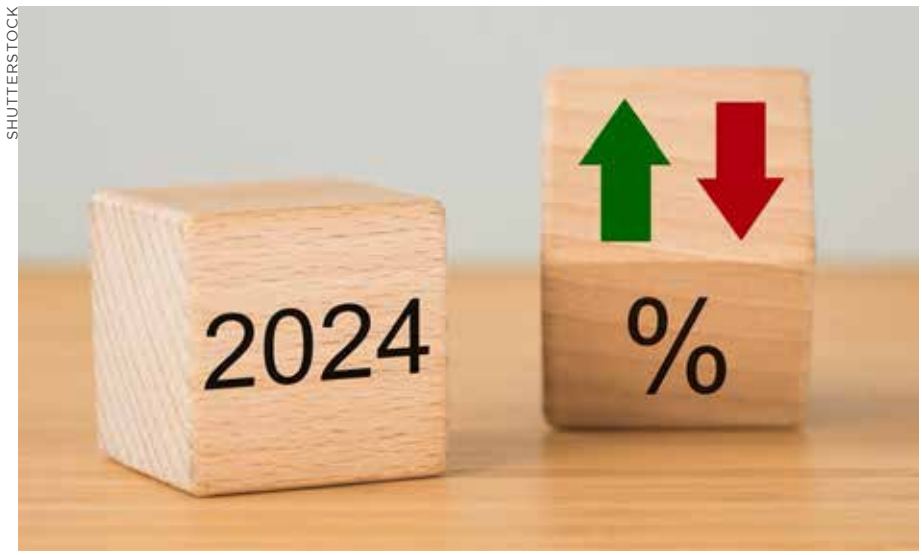
Já entre os argumentos contra a elevação da taxa Selic, há a desancoragem das projeções de inflação, a política fiscal expansionista demais, o aumento na percepção de risco dos agentes, os salários mais altos do que a mão de obra, a capacidade industrial muito baixa e a não menção à crise climática como justificativa pelo Copom.

UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA DA INDÚSTRIA EM RELAÇÃO AO TOTAL (%)

Ainda que haja espaço para acomodar uma demanda interna aquecida, a ociosidade da capacidade instalada tem estado muito baixa. Em agosto último, a capacidade esteve em 83,7%, um recorde não alcançado desde setembro de 2014.



Fonte: FGV



SHUTTERSTOCK

E COMO OS JUROS ALTOS DEVEM IMPACTAR O AGRO?

O efeito mais direto do aumento da Selic seria uma nova trajetória de apreciação da moeda doméstica frente ao dólar, dada a ampliação do diferencial das taxas de juros entre o Brasil e os EUA. No entanto, esse aumento do diferencial das taxas de juros pode ter o seu efeito reduzido sobre a taxa de câmbio, por conta da maior percepção de risco fiscal brasileiro por parte dos investidores. Ou seja, o desconforto do mercado com relação à sustentabilidade da política fiscal tem aumentado a percepção de risco associado aos ativos nacionais, podendo, inclusive, eliminar a pressão baixista sobre a taxa de câmbio brasileira.

Ainda para o setor agropecuário brasileiro, por um lado, destaca-se que a safra 2024/25 será produzida sob custos de financiamento elevados por conta do aumento da Selic; por outro lado, o ciclo de baixa na taxa de juros dos EUA tende a criar, do lado financeiro, uma melhor sustentação para as cotações das *commodities* agrícolas. No entanto, devido às projeções de uma La Niña mais curta e um clima neutro para a safra 2024/25 no hemisfério Norte, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) tem projetado, na média, safras mais cheias, o que, claramente, significa uma pressão baixista sobre as cotações em dólar das *commodities* agrícolas. ■

1 Professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

2 Professor do MBA em Gestão do Agronegócio do FGV Agro – acosta.diz@gmail.com

3 Pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br

VIÉS BIOLÓGICO DETERMINA TAMANHO DO PIB DA BIOECONOMIA

CÍCERO ZANETTI DE LIMA*

Dado o cenário global de mudanças climáticas, a cadeia de valor da bioeconomia tem se destacado no Brasil, com o PIB-Bio compondo 25,2% do PIB nacional em 2023. Como forma de definir o tamanho dessa cadeia, o viés biológico equivale ao valor das compras das atividades com origem em recursos biológicos em relação ao valor do produto final. Nesse sentido, este artigo foca na indústria farmoquímica/farmacêutica, evidenciando que as compras de recursos para ela têm crescido ao longo do tempo. Apesar das limitações que produtos com VB encontram, demonstra-se que o avanço tecnológico e a demanda por soluções sustentáveis tornam o VB uma peça central na transformação das cadeias globais.

A CADEIA de valor da bioeconomia ou o Produto Interno Bruto da Bioeconomia (PIB-Bio) atingiu cerca de 25,2% do PIB brasileiro, o que equivalia a R$ 2,7 trilhões em 2023. Esse agregado "macrobioeconômico" é divulgado regularmente pelo Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV). O que define o tamanho dessa cadeia de valor é o viés biológico (VB) de cada uma das suas atividades.

A partir da definição de VB descrita no boxe, diversas atividades emergem como parte da bioeconomia, entre as quais a indústria de produtos farmoquímicos e farmacêuticos. O Gráfico 1 mostra que o VB dessa atividade está crescendo ao longo do tempo, tendo passado de cerca de 6%, em 2010, para 9%, em 2021. Em outras palavras, as compras de recursos biológicos dessa indústria estão crescendo ao longo do tempo tanto em valor, quanto em quantidade.

O Gráfico 2 mostra esse efeito: desde 2017, há um aumento no nível de preços dessas compras, ou seja, os insumos da bioeconomia estão ficando mais caros. Por outro lado, há um aumento no volume comprado ao longo do tempo, o que indica que o volume de recursos biológicos também está aumentando.

O VB tem algumas implicações importantes. Em primeiro lugar, atividades com maior VB tendem a ter uma relação mais estreita com o meio ambiente e as políticas agroambientais. Isso significa que qualquer alteração nas condições climáticas, nas regulamentações ambientais ou nas inovações tecnológicas pode ter um impacto direto sobre a produtividade e o valor agregado dessas atividades.

Para a indústria de farmoquímicos e farmacêuticos, esse crescimento reflete tanto o aumento da demanda por produtos com VB, quanto a maior inserção de biotecnologia e insumos biológicos no processo produtivo.

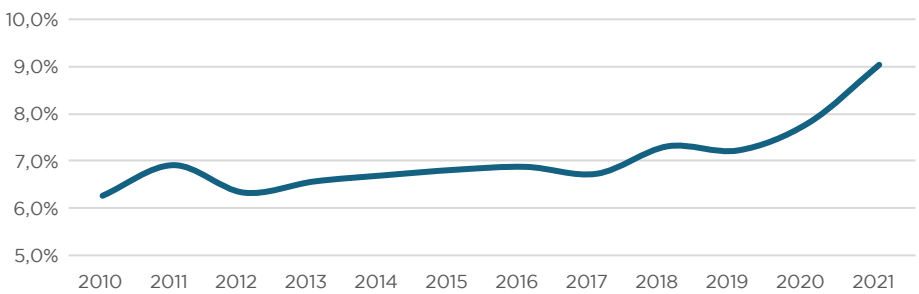
Qualquer alteração que se opere nas condições climáticas, nas regulamentações ambientais ou nas inovações tecnológicas pode afetar a produtividade e o valor agregado das atividades bioeconômicas com maior VB.

Por outro lado, há algumas limitações importantes. Uma delas é a dificuldade de mensuração precisa do VB, uma vez que a definição de quais atividades e insumos são de fato biológicos pode variar conforme os critérios utilizados. Atividades como energia elétrica e gás natural, por exemplo, apesar de dependerem em parte de recursos biológicos, têm uma cadeia de valor muito mais complexa e influenciada por fatores não biológicos. Além disso, a falta de métricas uniformes dificulta a comparação internacional e o monitoramento da evolução dessas atividades ao longo do tempo.

Outra limitação importante é o impacto das crises globais, como a pandemia de COVID-19 e a guerra na Ucrânia,

GRÁFICO 1 – VIÉS BIOLÓGICO DOS PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS (%)

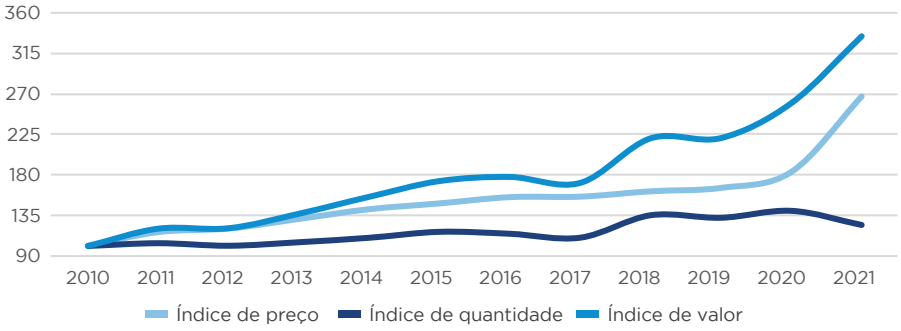
Os recursos biológicos da indústria de farmoquímicos e farmacêuticos têm crescido, ao longo do tempo, em valor e quantidade. Isso se constata ao observar o crescimento do VB dessa atividade de 6% para 9% entre 2010 e 2021.



Fonte: OCBio/FGV, com base em dados do SCN/IBGE (2024)

GRÁFICO 2 – ÍNDICES DE PREÇOS, QUANTIDADE E VALOR DA DEMANDA DA ATIVIDADE DE FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS POR PRODUTO DA BIOECONOMIA

No mesmo período, houve um aumento no nível de preços das compras de produtos farmoquímicos e farmacêuticos e no volume comprado ao longo do tempo. Isto é, os preços estão mais caros e a demanda por recursos biológicos cresceu.



Fonte: OCBio/FGV, com base em dados do SCN/IBGE (2024)

que afetaram profundamente os custos de produção e, consequentemente, os preços dos insumos biológicos. As atividades da bioindústria, por exemplo, sofreram quedas significativas em alguns períodos, mostrando a vulnerabilidade dessas cadeias de valor a choques externos.

Entender o VB das atividades da bioeconomia é crucial para o desenvolvimento de políticas públicas que incentivem o crescimento sustentável e a resiliência econômica. A construção de indicadores que levem em consideração as especificidades das atividades bioeconômicas permitirá uma análise mais profunda de suas dinâmicas e de seu potencial de crescimento. Embora as limitações existam, o avanço tecnológico e a crescente demanda por soluções sustentáveis tornam o VB uma peça central na transformação das cadeias produtivas globais. ■

DEFINIÇÃO DE VIÉS BIOLÓGICO

Entende-se por VB a capacidade que tem uma determinada atividade de transformar recursos biológicos e biomassa em outros produtos – sejam eles produtos finalizados para o consumo ou que servirão de insumos para outras atividades. Isso implica que uma parte da produção, consumo ou transformação dos produtos está intrinsecamente ligada a recursos renováveis, como biomassa e outros derivados biológicos.

Naturalmente, as atividades agropecuárias, o extrativismo vegetal, a pesca e a aquicultura fazem parte da bioeconomia. Seu VB é de 100%. Isso não é uma peculiaridade do Brasil ou um novo rótulo para as atividades agropecuárias e o agronegócio. É desse modo que o mundo enxerga e classifica as atividades que usam e transformam recursos biológicos. Portanto, elas são reconhecidamente atividades da bioeconomia na União Europeia, na China, nos Estados Unidos e nos demais países latino-americanos.

Com relação às demais atividades, há algumas formas e métodos para determinar o VB. É aqui que reside a grande diferença na formação do agregado econômico do PIB-Bio. O VB refere-se ao valor das compras das atividades com origem em recursos biológicos e biomassa. Considerando a atividade de produção de móveis, uma mesa de escritório poderia ser construída com madeira, alguns produtos metálicos e horas de trabalho e tecnologia. Nesse exemplo, apenas a madeira tem origem na bioeconomia; assim, o VB (em inglês, *bio-based*) dessa produção é o valor do insumo biológico (a madeira) em relação ao produto final (a mesa). Ampliando para a escala industrial, o VB é, portanto, determinado pelo valor dos insumos biológicos e da biomassa utilizados na produção total da indústria.

BIOECONOMIA EM FOCO

A bioeconomia tem ganhado destaque global, principalmente devido à crescente preocupação com as mudanças climáticas e à necessidade de substituir fontes não renováveis por alternativas mais sustentáveis. No Brasil, essa economia representa uma parte substancial da geração de renda, abrangendo atividades que vão desde a produção agrícola até indústrias baseadas em biotecnologia.

Assim, a bioeconomia compreende toda a produção a partir de recursos biológicos renováveis e a conversão desses recursos e resíduos em produtos de valor agregado, como alimentos, rações, produtos biológicos e bioenergia. Fazem parte do PIB-Bio tanto as atividades e os produtos da sociobiodiversidade da Amazônia e dos demais biomas do Brasil quanto as atividades de serviços de sequenciamento genético desses mesmos produtos. Ou seja, são diferentes pontos dentro da mesma cadeia de produção.

Para desenvolver políticas públicas voltadas ao crescimento sustentável e à resiliência econômica, é crucial entender o VB das atividades bioeconômicas. Por meio de indicadores que analisem suas especificidades, será possível compreender melhor seu potencial de crescer.

[a]Para compreender a definição de bioeconomia da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), acesse o link a seguir: https://www.cepal.org/pt-br/node/44826

*Professor do MBA Executivo da FGV e pesquisador do OCBio/FGV – cicero.lima@fgv.br

O AGRO E AS SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

LUIZ CLÁUDIO CAFFAGNI*

Num momento em que a União procura se equilibrar pelo lado fiscal, é importante saber que o agro recebeu, em média, apenas 15% do total de benefícios (subsídios) concedidos pelo Governo nos últimos dez anos. Com base em um relatório do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) que lista os subsídios concedidos entre 2003 e 2023, observa-se que, mesmo com os subsídios financeiros e creditícios mostrando-se representativos no último ano, os subsídios tributários se destacaram muito em relação aos demais.

EMBORA OS subsídios busquem corrigir falhas e imperfeições de mercado, além de atacar desigualdades, sabemos que esses benefícios são repartidos por toda a sociedade.

É função do Tribunal de Contas da União (TCU) fiscalizar a União e a gestão dos recursos públicos federais, porém, diante do volume de recursos envolvidos, é difícil não se perguntar se a sociedade conhece a efetividade dos programas e os critérios de concessão.

Talvez, fosse importante a realização de estudos para se verificar a participação dos subsídios concedidos pela União no Produto Interno Bruto (PIB) de cada setor beneficiado.

Conectando riscos climáticos extremos e políticas públicas, cabe refletir se uma parte dos subsídios não deveria incentivar a criação de mitigadores de risco privados para que os "socorros" governamentais se restrinjam apenas a casos excepcionais, tanto no agro, como nos demais setores da economia.

"Conectando riscos climáticos extremos e políticas públicas, cabe refletir se uma parte dos subsídios não deveria incentivar a criação de mitigadores de risco privados para que os 'socorros' governamentais se restrinjam apenas a casos excepcionais..."

PARTICIPAÇÃO DO AGRO NOS SUBSÍDIOS

O Gráfico 1 traz a informação consolidada de todos os subsídios concedidos nos últimos dez anos em valores constantes (comparáveis ao longo dos anos). Nesse período, em termos de magnitude, 2023 foi o ano de maior dispêndio, enquanto 2020 foi o menor. Quanto à participação no PIB, o total de subsídios concedidos variou entre 4,66% (2020) e 6,66% (2015), o que evidencia a importância dos subsídios para a economia brasileira e como essas alocações variam em resposta a diferentes contextos econômicos e políticos ao longo dos anos.

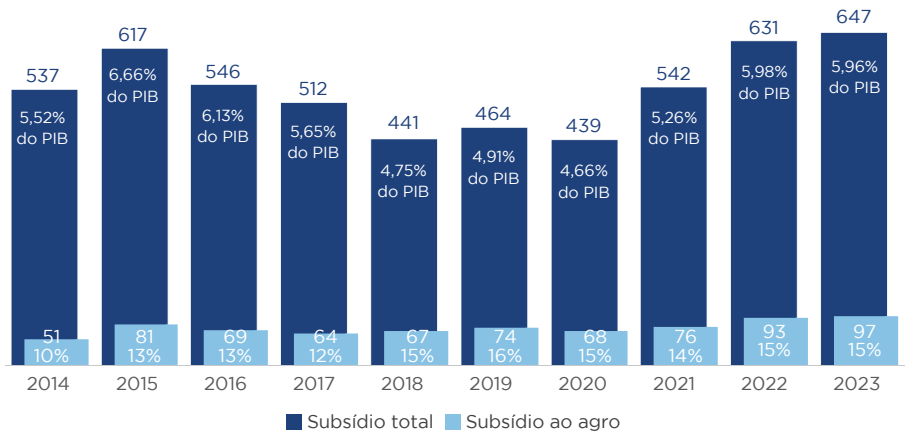
Quando se olha o agro, 2023 (R$ 97 bilhões) foi o ano de maior dispêndio da série e 2014 (R$ 51 bilhões), o menor. Os últimos dois anos foram aqueles em que o agro mais recebeu subsídios.

21 ANOS DE SUBSÍDIOS DA UNIÃO

Em meados de cada ano, o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) publica um relatório consolidado dos subsídios concedidos no ano anterior. Esses subsídios destinam-se à diminuição dos custos para o produtor e dos preços para o consumidor. Sob a ótica da União, subsídios impactam a despesa (no caso dos subsídios financeiros e

GRÁFICO 1 – BENEFÍCIOS (SUBSÍDIOS) TOTAIS E PARTICIPAÇÃO DO AGRO EM VALORES CONSTANTES (R$ BILHÕES)

Considerando a magnitude do total de subsídios no Brasil, 2023 foi o ano de maior gasto, enquanto 2020 foi o de menor. Especificamente sobre o agro, percebe-se que 2023 foi o ano de maior dispêndio e 2014, o de menor.



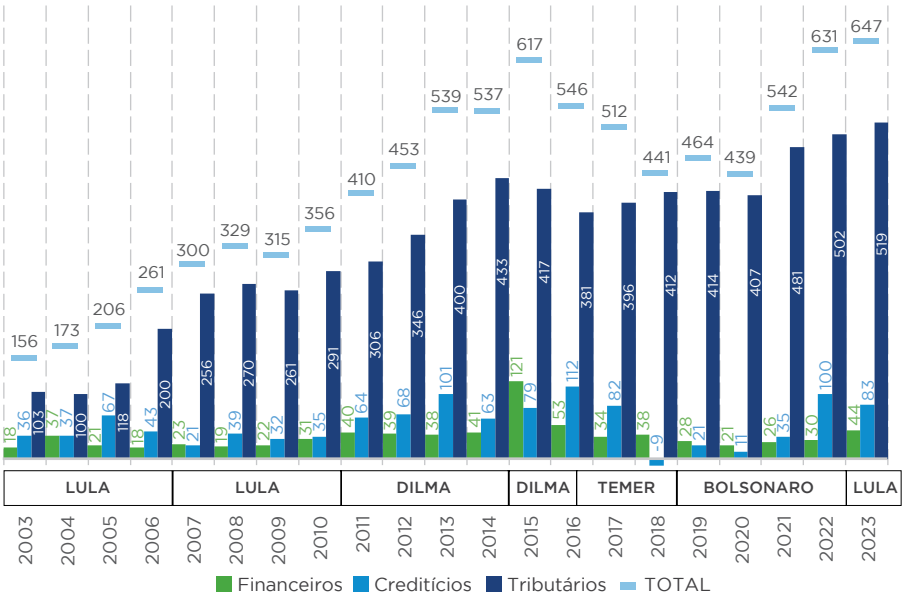
Fonte: MPO; elaboração pelo autor

creditícios) e a receita (para os subsídios tributários)[a].

Conforme se observa no Gráfico 2, embora os subsídios financeiros e creditícios tenham valores representativos, os subsídios tributários são "estratosféricos". Outra constatação importante é o aumento da participação dos subsídios tributários, os quais representavam ao redor de 60% até 2005, passando a significar em torno de 80% a partir daí.

GRÁFICO 2 – SUBSÍDIOS TOTAIS, FINANCEIROS, CREDITÍCIOS E TRIBUTÁRIOS EM VALORES CONSTANTES (R$ BILHÕES)

Quando se trata da trajetória dos subsídios totais na história brasileira recente, observa-se um notável período de incremento entre 2003 e 2015, sucedido por uma queda até 2020 e, mais recentemente, uma nova elevação entre 2021 e 2023.



Fonte: MPO; elaboração pelo autor

Anualmente, é publicado um relatório governamental listando os subsídios concedidos até o ano anterior à data em questão. Com a função de diminuir os custos ao produtor e os preços ao consumidor, os subsídios impactam a despesa (financeiros e creditícios) e a receita (tributários).

COMO FICARAM OS SUBSÍDIOS DO AGRO EM 2023

A tabela traz os subsídios direcionados ao agro em 2023. Vale destacar que quatro programas – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), operações de investimento rural e agroindustrial, Custeio Agropecuário e Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) – representaram 94% dos subsídios financeiros destinados para o agro.

Destaca-se, também, que ainda restam valores de subsídios financeiros a pagar



SHUTTERSTOCK

SUBSÍDIOS TOTAIS E OS PROGRAMAS DO AGRO EM 2023 (R$)

Entre os benefícios financeiros, apenas quatro programas somam 94% dos subsídios para o agro. Entre os creditícios, 92% dos subsídios originam-se nos Fundos Constitucionais. E, entre os tributários, 99% relacionam-se ao programa Agricultura e Agroindústria e à isenção de IR em investimentos de LCA e CRA.

LINHAS DE SUBSÍDIOS	Valor (R$)	Part. no setor	Part. no total
Benefícios financeiros (todos os setores)	**44.137.140,5**	**100,0%**	**6,8%**
Benefícios financeiros do agro	**12.563.999,4**	**28,5%**	**1,9%**
Pronaf (equalização)	5.791.842,8	13,1%	0,9%
Operações de investimento rural e agroindustrial	3.474.895,7	7,9%	0,5%
Custeio Agropecuário	1.570.107,3	3,6%	0,2%
PSR	933.137,6	2,1%	0,1%
Securitização Agrícola	369.728,1	0,8%	0,1%
PESA	235.616,2	0,5%	0,04%
Subvenção nas operações de crédito rural do Sudene e do Sudam	70.544,0	0,2%	0,01%
AGF e estoques estratégicos	65.552,5	0,1%	0,01%
Garantia e Sustentação de Preços	22.026,1	0,05%	0,003%
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	21.996,7	0,05%	0,003%
Subvenção econômica para empresas cerealistas	4.534,5	0,01%	0,001%
EGF	4.018,0	0,01%	0,001%
Benefícios creditícios (todos os setores)	**83.456.826,7**	**100,0%**	**12,9%**
Benefícios creditícios do agro	**11.856.584,8**	**14,2%**	**1,8%**
FNE, FNO e FCO*	10.962.567,4	13,1%	1,7%
FTRA – Banco da Terra	598.460,5	0,7%	0,1%
Pronaf (financiamento)	162.245,0	0,2%	0,0%
Funcafé (financiamento)	122.060,8	0,1%	0,0%
Recuperação da Lavoura Cacaueira (financiamento)	11.251,0	0,0%	0,0%
Benefícios tributários (todos os setores)	**518.981.351,5**	**100,0%**	**80,3%**
Benefícios tributários do agro	**72.196.719,0**	**13,9%**	**11,2%**
Agricultura e Agroindústria	59.764.112,4	11,5%	9,2%
Títulos de crédito imobiliários e do agronegócio (LCA e CRA)**	11.700.953,8	2,3%	1,8%
Seguro rural	674.169,8	0,1%	0,1%
ITR	57.482,9	0,0%	0,0%
TOTAL DE SUBSÍDIOS (TODOS OS SETORES)	**646.575.318,7**	**100,0%**	**100,0%**

Sudene: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste; Sudam: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia; AGF: Aquisição do Governo Federal; EGF: Empréstimos do Governo Federal; FNE, FNO e FCO: Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste; FTRA: Fundo de Terras e da Reforma Agrária; Funcafé: Fundo de Defesa da Economia Cafeeira; ITR: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
*Ponderado pela participação do agro nos Fundos Constitucionais
**Ponderado pela participação das LCAs e dos CRAs no subsídio total
Fonte: MPO; elaboração pelo autor

pela União envolvendo o Programa de Securitização Agrícola (R$ 370 milhões) e o Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA – (R$ 236 milhões), relacionados ao grande endividamento do agro em razão do Plano Collor I, desenvolvido 34 anos atrás!

Quando se olham os subsídios creditícios, 92% têm origem nos Fundos Constitucionais aplicados ao agro.

Por fim, 99% dos subsídios tributários para o agro estão relacionados ao programa Agricultura e Agroindústria – relacionado à desoneração da cesta básica – e à isenção de Imposto de Renda (IR) para pessoas físicas em investimentos de Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA). ■

[a]Subsídios financeiros são desembolsos realizados por meio de equalizações de juros e de preços, bem como dívidas de obrigações do Tesouro Nacional, estabelecidos no orçamento da União; subsídios creditícios são gastos da União decorrentes do diferencial entre o rendimento de fundos, programas ou concessões e o custo de oportunidade do Tesouro Nacional; subsídios tributários são medidas de desoneração tributária cujos objetivos diferem da finalidade de arrecadação tributária e que buscam incentivar setores econômicos delimitados ou compensar o não provimento de bens e serviços sob a responsabilidade do Estado

* Especialista em crédito, gestão de risco, derivativos e seguros no agronegócio, membro de Conselhos de Administração de empresas e professor de Pós-Graduação Lato Sensu da Fundação Getulio Vargas (FGV) – luiz.caffagni@sombreroseguros.com.br



TRANSFORME SUA LIDERANÇA NO AGRONEGÓCIO COM O PROGRAMA

CEO AGRO DA FGV

Integre inovação e sustentabilidade no agronegócio com o programa **CEO Agro da FGV**. Explore tecnologias avançadas e práticas sustentáveis, melhorando a eficiência e garantindo o desenvolvimento do setor.

Desenvolva habilidades para enfrentar desafios globais e promover uma gestão eficiente. O conteúdo aborda desde a competitividade global até a governança digital, preparando você para decisões estratégicas.

Participe de uma imersão exclusiva que combina teoria e prática, ampliando sua rede de contatos e gerando novas oportunidades de negócios.

Torne-se um líder transformador no agronegócio sustentável.

SAIBA MAIS

ALTA GESTÃO FGV

A LEI DA MATA ATLÂNTICA E O CÓDIGO FLORESTAL

LEONARDO MUNHOZ[1], MARCELA PITOMBO[2]

Com base no Código Florestal de 1965, a Lei da Mata Atlântica objetiva conservar e regenerar esse bioma. Nesse sentido, há alguns dos dispositivos que estariam desalinhados com o Código Florestal de 2012, especialmente quanto à manutenção de áreas consolidadas do bioma. Por meio de uma ACP, a possível divergência foi colocada em juízo pelo MPF e pelo MPE do Paraná, que apontam um conflito de sobreposição entre as duas legislações. Este artigo destaca que, como pano de fundo da questão judicializada no Paraná, está uma tentativa de rediscussão da constitucionalidade do Código. Contudo, a tese dos MPs fica fragilizada nas Cortes superiores, que já reafirmaram, mais de uma vez, a Lei Federal nº 12.651/12 como constitucional.

A LEI da Mata Atlântica (Lei Federal nº 11.428/06) tem o objetivo central de conservar, proteger e regenerar esse bioma. Para isso, a Lei estabelece critérios diferenciados de preservação, tendo como base o Código Florestal de 1965 (Lei Federal nº 4.771), que foi expressamente revogado pelo novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/12), trazendo, assim, dúvidas quanto à sua aplicação. Tal fato evidencia-se por meio de alguns dispositivos da Lei da Mata Atlântica que não estariam alinhados com o novo Código Florestal, em especial as áreas consolidadas – manutenção das áreas agrossilvipastoris estabelecidas até 22 de julho de 2008.

Essa questão já é objeto de uma Ação Civil Pública (ACP) no Paraná, no Tribunal Regional da 4ª Região (TRF4), ingressada pelos Ministérios Públicos Federal (MPF) e Estadual (MPE) contra o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Água e Terra (IAT), tendo como argumento central a não aplicação dos artigos do Código Florestal sobre áreas consolidadas do bioma Mata Atlântica.

Para os MPs, a matéria especificada nesses artigos do Código Florestal seria uma norma menos protetiva do que os dispositivos da Lei da Mata Atlântica – que permite supressão somente em casos excepcionais de utilidade pública. Isso levaria a um conflito entre as normas e à sobreposição da Lei da Mata Atlântica ao Código Florestal. Como pedido, os MPs demandaram a suspensão da análise e a validação de Cadastro Ambiental Rural (CAR) contemplando consolidação de áreas estabelecidas no período de 1993 a 2008, no sentido de que não deveria haver consolidação/regularização destas – há por volta de 12 mil cadastros no estado.

O Ibama ingressou com um pedido de suspensão de liminar no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em 2021, a Corte suspendeu a liminar do TRF4, argumentando que a paralisação de análise estadual do CAR no Paraná teria um efeito lesivo à economia pública, reafirmando, igualmente, a constitucionalidade do novo Código Florestal, já julgada no Supremo Tribunal Federal (STF).

Mesmo tendo o STJ suspendido a liminar do TRF4 e retomado a análise do CAR no estado, aquele Tribunal não julgou a questão da sincronia do novo Código Florestal com a Lei da Mata Atlântica, fazendo permanecer a situação de insegurança jurídica para manutenção de áreas consolidadas nesse bioma, com impactos diretos sobre a agenda de implementação do novo Código Florestal.

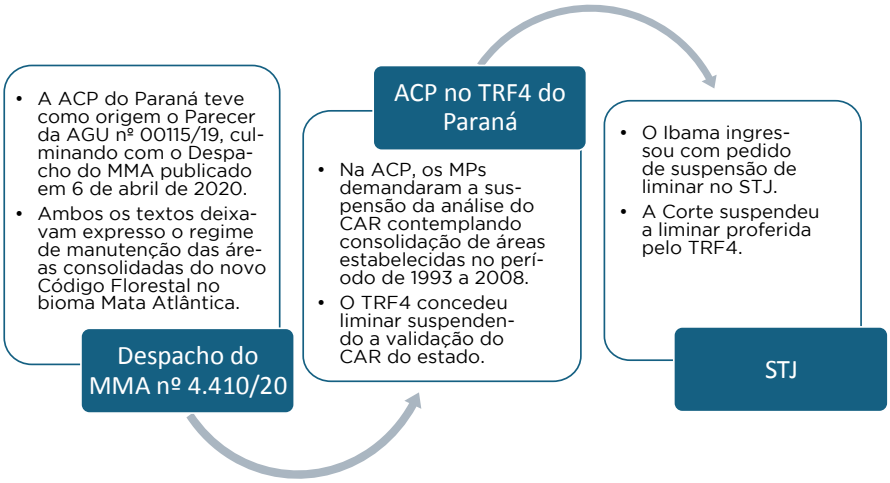
PROTEÇÃO DE BIOMAS EM LEIS ESPECIAIS

Na ação, há a tese jurídica de que uma lei especial não pode ser revogada por uma lei geral. Nesse sentido, a Lei da Mata Atlântica é uma lei especial para preservação desse bioma. Entretanto, o caso específico dessa Lei merece pontos de atenção, já que, apesar de ser uma lei especial, a sua base normativa usa o Código Florestal de 1965, que foi expressamente revogado pelo Código de 2012.

A interpretação de que a Lei da Mata Atlântica, por ser uma lei especial, se sobrepõe ao Código Florestal de 2012 e exclui os seus dispositivos é uma interpretação isolada e literal da lei, que não leva em consideração uma análise sistemática do ordenamento ambiental na totalidade. Deve-se destacar que a própria Lei da Mata Atlântica não tinha uma interpretação isolada quando o Código Florestal de 1965 era vigente – havia uma interpretação conjunta e sistemática com a lei florestal da época, ou seja, nunca a Lei da Mata Atlântica foi aplicada sem ser complementada pelo Código Florestal.

HISTÓRICO PROCESSUAL DA ACP Nº 5023277-59.2020.4.04.7000/PR

O MPF e o MPE do Paraná entraram com uma ACP no TRF4 argumentando que os artigos do novo Código Florestal não se aplicam nas áreas consolidadas da Mata Atlântica. O STJ suspendeu a liminar do TRF4, o que acabou mantendo a situação de insegurança jurídica para as áreas consolidadas em tal bioma.



MMA: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Fonte: elaboração pelos autores

No contexto de leis especiais de proteção de biomas alinhadas com a lei geral florestal, é necessário analisar a nova Lei do Pantanal (Lei Estadual nº 6.160/23). Semelhante à Lei da Mata Atlântica, essa Lei Estadual de Mato Grosso do Sul também constitui uma legislação especial de proteção de bioma. Entretanto, diferentemente da Lei da Mata Atlântica, a Lei do Pantanal estabelece um alinhamento expresso com o Código Florestal de 2012 (principalmente, com o CAR e a compensação de Reserva Legal – RL). Com relação às áreas consolidadas, em sintonia com o Código Florestal, a Lei do Pantanal também possibilita o regime de manutenção das atividades agrossilvipastoris consolidadas preexistentes a 22 de julho de 2008.

FALTA DE INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DA LEI

A não manutenção de atividades agrossilvipastoris consolidadas na Lei da Mata Atlântica também fica incerta em interpretação sistemática com o seu próprio Decreto regulamentador, o Decreto Federal nº 6.660/08. Este deixa expresso que Lei da Mata Atlântica não deve incidir "em áreas já ocupadas com agricultura, cidades, pastagens e florestas plantadas ou outras áreas desprovidas de vegetação nativa". Ou seja, no Decreto da Lei da Mata Atlântica, há uma previsão da manutenção de áreas consolidadas.

Por outro lado, o MP não menciona esse decreto. Os Decretos Federais que ele menciona são os de nº 99.547/90 e nº 750/93, que tratam especificamente de corte e supressão de vegetação no bioma Mata Atlântica, mas que foram revogados pelo Decreto atual. Ou seja, a tese utilizada pelo MP, ao não mencionar o Decreto vigente da Mata Atlântica, demonstra uma escolha seletiva e incorreta de atos infralegais – algo não apropriado para uma análise legal completa, contrariando a lógica de um sistema jurídico uno e completo.

REDISCUSSÃO DA CONSTITUCIONALIDADE DO CÓDIGO FLORESTAL

A ACP e a judicialização a respeito da sobreposição da Lei da Mata Atlântica ao Código Florestal têm como pano de fundo uma tentativa de rediscussão da constitucionalidade do Código Florestal de 2012. A tese de que a lei especial não tem uma interpretação sistemática com a nova lei geral florestal é embasada na justificativa de que a lei geral seria menos protetiva. Trata-se, portanto, praticamente da mesma tese alegada nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) relacionadas ao Código Florestal (4901, 4902, 4903 e 4937).

Nesse quesito, recentemente, o STF vem proferindo decisões reafirmado o seu julgamento, garantindo a constitucionalidade do novo Código Florestal.

O STF já endereçou indiretamente a questão da sobreposição da Lei da Mata Atlântica ao Código Florestal. Fez isso com a ADI 6446. Esta foi ingressada pelo presidente da República em 2020, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), requerendo a inconstitucionalidade dos artigos 2, 5 e 17 da Lei da Mata Atlântica, devido a um possível conflito com o Código Florestal de 2012, ao negar a consolidação de áreas agrossilvipastoris. Em 2023, o STF proferiu decisão reafirmando a constitucionalidade do Código Florestal de 2012. Lembrou-se de que a Lei Federal nº 12.651/12 foi julgada constitucional pela Corte e, por consequência, que há constitucionalidade dos seus artigos de manutenção de áreas consolidadas.

"A ACP [ingressada pelos MPs no TRF4 do Paraná] e a judicialização a respeito da sobreposição da Lei da Mata Atlântica ao Código Florestal têm como pano de fundo uma tentativa de rediscussão da constitucionalidade do Código Florestal de 2012."

Também, o STF voltou a reafirmar a constitucionalidade do Código Florestal de 2012 em uma outra ação – Ação Reclamatória 69.816-SP – ao anular a decisão do STJ. Trata-se de uma reclamação ingressada no STF contra decisão do STJ, que não aplicou o Código Florestal de 2012 em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).


SHUTTERSTOCK

O STJ argumentou que não haveria aplicação do Código Florestal de 2012 nesse TAC, uma vez que esse Código seria uma norma menos protetiva do que a lei anterior, ou seja, o Código de 1965. Entretanto, o STF decidiu que a não aplicação do Código Florestal de 2012 não é constitucional, já que o STF julgou o mesmo Código como constitucional na ADC 42.

De forma a reafirmar o seu julgamento de que o Código Florestal de 2012 é constitucional e deve ser aplicado, o STF já anulou uma decisão do próprio STJ que não respeitava o seu entendimento sobre esse Código Florestal.

NECESSIDADE DE COERÊNCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO

Como observado, aparentemente, trata-se de uma questão sobre a sincronia ou não da Lei da Mata Atlântica (especial) em relação ao Código Florestal (lei geral), com foco nos dispositivos de manutenção de áreas consolidadas.

Em que pese o fato de uma lei especial não poder ser revogada por uma lei posterior ainda que geral, é imprescindível assegurar e resguardar a coerência e a unicidade do ordenamento jurídico brasileiro. Ou seja, o arcabouço legislativo ambiental precisa se comunicar, deve apresentar interoperabilidade e não criar contradições, a fim de conferir segurança e coerência jurídica ao ordenamento vigente. Do contrário, teremos um ordenamento divergente, que abre espaço para novas ondas de judicialização e, consequentemente, para um afogamento do Judiciário.

Nesse ponto, pode-se evidenciar, ainda, que a ação no Paraná também tem como pano de fundo a rediscussão da aplicação ou não de dispositivos do Código Florestal de 2012 em uma lei especial de proteção do bioma Mata Atlântica.

No escopo das Cortes superiores, essa tese tende a ficar ainda mais fragilizada, uma vez que se observa, tanto no STJ, como no STF, um forte movimento de reafirmação da constitucionalidade do Código Florestal e da aplicação da Lei. Assim, aparentemente, a não aplicação dos dispositivos do Código Florestal mediante uma justificativa de possível conflito de normas, e não de complementaridade, não deve ser respaldada por essas Cortes – principalmente porque já existe outra lei especial, de proteção ao bioma Pantanal, que trabalha em sincronia com o Código Florestal, e não em conflito. ■

1 Pesquisador do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV)

2 *Head* de Relações Institucionais e ESG da MoselloLima Advocacia

O CAMINHO PARA A TRANSIÇÃO VERDE

TALITA PRISCILA PINTO*

Nas últimas reuniões do G20, debateu-se quão centrais são a bioeconomia e o agronegócio no enfrentamento das crises climáticas e na busca por um futuro mais inclusivo. Nesse sentido, tenta-se responder à necessidade de equilíbrio entre produção e conservação. Essencial no processo de transição energética, a bioeconomia enfrenta os desafios de atender as crescentes demandas internacionais por soluções sustentáveis. Já o agronegócio enfrenta os desafios de alimentar a crescente população mundial sem comprometer o meio ambiente. Com um potencial tremendo, resta saber se a intersecção entre bioecomomia e agro no Brasil será capaz de aproveitar a oportunidade em mãos para liderar o mundo em direção a um novo paradigma de crescimento.

NAS ÚLTIMAS três décadas, a bioeconomia e a agricultura têm se tornado componentes essenciais na agenda global de desenvolvimento sustentável. Durante o último mês, o G20 – fórum que reúne as vinte maiores economias do mundo – intensificou os debates sobre a importância dessas áreas no enfrentamento das crises climáticas e na busca por um futuro mais resiliente e inclusivo. No Brasil, sede do recente encontro de Grupos de Trabalho (GTs) focados em agro e bioeconomia, os diálogos foram moldados por uma urgência crescente: como promover um setor agropecuário que seja produtivo e, ao mesmo tempo, alinhado às exigências de descarbonização?

BIOECONOMIA COMO ALTERNATIVA EM DISCUSSÃO NO G20

Ao longo das últimas reuniões do G20, ficou evidente o papel crítico que a bioeconomia desempenha no processo de transição energética. Entretanto, o seu escopo vai além do setor energético, envolvendo a produção de insumos agrícolas sustentáveis – que substituem, total ou parcialmente, produtos químicos por biofertilizantes e biopesticidas – e, também, a criação de cadeias produtivas de alimentos que priorizem a sustentabilidade. Essa abordagem está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), que exigem que os países avancem em direção a sistemas de produção mais inclusivos e ambientalmente responsáveis.



SHUTTERSTOCK

Simultaneamente, os desafios persistem. A bioeconomia oferece uma alternativa promissora, baseada no uso de recursos renováveis para gerar novos produtos e serviços. Mas como podemos alinhar sua expansão com as metas de mitigação climática? Esse tem sido o ponto central das discussões nos GTs de bioeconomia, nos quais líderes, acadêmicos e representantes do setor privado têm se debruçado sobre as políticas e as práticas que podem impulsionar essa transformação.

A utilização de biomassa para a produção de biocombustíveis e bioplásticos, a valorização de resíduos agroindustriais e a integração de práticas regenerativas na agricultura foram os principais tópicos das últimas semanas. A urgência de criar cadeias produtivas mais eficientes e menos intensivas em carbono permeou

os diálogos, especialmente no contexto das metas do Acordo de Paris, ao qual o G20 tem se comprometido fortemente.

Nesse ponto, a experiência do Brasil com o etanol de cana-de-açúcar, a produção de bioenergia e as iniciativas em agricultura de baixo carbono (ABC) destacam-se como exemplos de sucesso. Mas o País ainda enfrenta o desafio de escalar essas iniciativas de forma a atender não só o mercado doméstico, mas também as crescentes demandas internacionais por soluções sustentáveis.

AGRONEGÓCIO E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS EM PAUTA

O agronegócio, por sua vez, foi amplamente discutido nos GTs do G20 sob a ótica da segurança alimentar, da eficiência produtiva e das mudanças climáticas. O Brasil, sendo um dos maiores exportadores mundiais de *commodities* agrícolas como soja, milho e carne bovina, apresentou a sua experiência com sistemas integrados, como a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), um modelo que tem sido adotado como referência global para uma produção sustentável.

Além disso, a última reunião, considerada um marco, lançou as bases para a Declaração Ministerial do G20, prevista para ser apresentada na Cúpula de Líderes do G20, em novembro próximo, no Rio de Janeiro. A Declaração busca

BIOECONOMIA E AGRONEGÓCIO: ENORME POTENCIAL

A bioeconomia, que abrange atividades econômicas baseadas no uso sustentável de recursos biológicos, destaca-se como um conceito que abarca setores como alimentos, bioenergia, insumos agrícolas e produtos de consumo, todos voltados ao uso eficiente e sustentável dos recursos naturais. Essa abordagem, que visa substituir combustíveis fósseis por fontes renováveis, reduz emissões de carbono e promove a conservação da biodiversidade.

O agronegócio, um pilar da economia global, é visto – junto com a bioeconomia – como um motor de crescimento. A cadeia é fundamental para a segurança alimentar, a sustentabilidade agrícola e a adaptação às mudanças climáticas.

A intersecção entre a bioeconomia e o agronegócio, especialmente nos contextos de sustentabilidade, inovação tecnológica e economia circular, está reconfigurando as metas do G20 e reposicionando o Brasil como um *player*-chave.



SHUTTERSTOCK

consolidar compromissos formais dos países em relação à sustentabilidade agrícola, promovendo a inovação tecnológica no campo e criando um ambiente favorável ao comércio internacional de produtos sustentáveis.

No entanto, os desafios são consideráveis. Um dos principais temas abordados foi a necessidade de descarbonizar a produção agrícola, equilibrando a expansão da fronteira agrícola com a preservação dos biomas. A partir de modelos quantitativos e estudos científicos publicados, fica claro que a agricultura brasileira, apesar de eficiente em termos de produtividade, ainda precisa de investimentos massivos em tecnologia e infraestrutura. A tecnologia de monitoramento por satélite e o uso de ferramentas como o GHG Protocol Agricultura, amplamente adotado na mensuração das emissões dentro da porteira, já estão ajudando a mapear áreas onde há um maior potencial de mitigação de carbono.

Ademais, a crescente demanda por práticas regenerativas e a adoção de inovações tecnológicas, como o uso de *drones* para otimização de irrigação e o desenvolvimento de sementes mais resilientes a mudanças climáticas, são exemplos práticos que foram apresentados pelos GTs como soluções para o setor agropecuário alinhar-se às metas de sustentabilidade global.

NECESSIDADE DE JUNTAR FORÇAS

O Brasil tem o potencial de ser o grande protagonista global da bioeconomia e do agronegócio sustentável. No entanto, o País precisa enfrentar a fragmentação regulatória que limita a integração dessas iniciativas. Uma das propostas emergentes nos últimos GTs é a criação de uma plataforma internacional de cooperação para a bioeconomia, coordenada pelo G20 e liderada pelo Brasil. Essa plataforma uniria governos, setor privado e Academia em um esforço conjunto para criar políticas integradas que estimulem a inovação, atraiam investimentos e garantam que o crescimento desses setores esteja alinhado às metas ambientais globais.

Ainda que os avanços sejam inegáveis, há muito o que fazer para assegurar que o crescimento agrícola e a expansão da bioeconomia brasileira sejam sustentáveis e socialmente inclusivos. O financiamento verde, como os recursos destinados à bioeconomia pelo Plano de Transformação Ecológica (PTE), do Ministério da Fazenda, será essencial para que o País desenvolva uma base econômica sólida, mas alinhada às metas climáticas. Ao mesmo tempo, o Brasil precisa fortalecer as suas instituições, garantindo que haja transparência e eficácia em suas ações e projetos.

"O Brasil tem o potencial de ser o grande protagonista global da bioeconomia e do agronegócio sustentável. No entanto, o País precisa enfrentar a fragmentação regulatória que limita a integração dessas iniciativas."

NOVO PARADIGMA POSSÍVEL PARA O MUNDO

O impacto das decisões tomadas pelos GTs do G20 nas últimas semanas vai além das fronteiras nacionais. A bioeconomia, com a sua promessa de fornecer soluções para alguns dos desafios mais prementes do século XXI, precisa de marcos regulatórios e instrumentos que incentivem inovação e colaboração internacional. Os países do G20, liderados pelo Brasil nas discussões mais recentes, têm nas mãos a oportunidade de criar um modelo global que combine crescimento econômico com preservação ambiental.

No caso do agronegócio, o Brasil mostrou que é possível ser eficiente, inovador e sustentável ao mesmo tempo. As tecnologias de baixo carbono e as práticas de agricultura regenerativa são exemplos concretos de que o setor pode ser uma parte da solução para a crise climática. Contudo, é necessário um esforço contínuo para equilibrar a produção de alimentos em larga escala com a conservação de recursos naturais. O mundo precisa de um agronegócio que alimente a crescente população mundial sem comprometer o meio ambiente – e o G20 é o fórum ideal para alinhar essas demandas.

O agro e a bioeconomia têm o potencial de redefinir o futuro da sustentabilidade global. O que foi discutido nos últimos trinta dias pelos GTs do G20 em solo brasileiro reforça a importância de o Brasil se posicionar como líder nesses debates. Contudo, o caminho é longo e requer uma combinação de vontade política, investimento em pesquisa e desenvolvimento e, acima de tudo, um compromisso firme com as metas de redução de emissões.

A intersecção entre inovação, economia circular e produção agrícola eficiente será a chave para moldar um futuro sustentável. O Brasil, como potência agrícola e bioeconômica, está na vanguarda dessa transformação. Agora, resta saber se o País será capaz de aproveitar essa janela de oportunidade para liderar o mundo em direção a um novo paradigma de crescimento, no qual a produção e o meio ambiente caminhem sempre lado a lado. ■

Para reconfigurar o futuro da sustentabilidade no mundo, o caminho é longo e demanda uma soma de fatores: vontade política, investimento em pesquisa e desenvolvimento e, sobretudo, um forte compromisso com as metas de redução de emissões de carbono.

* Coordenadora do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV)

O DESAFIO CLIMÁTICO E A PESQUISA AGROPECUÁRIA

PEDRO CAMARGO*

São incontestáveis os desafios que acompanham os eventos climáticos atuais, e a previsão é de que apenas se intensifiquem com o tempo. Em meio a essas projeções, a pressão sobre o Brasil, como fornecedor de alimentos para a população mundial, apenas cresce, devido às suas terras disponíveis, tecnologia e clima. Considerando os avanços tecnológicos positivos vividos nas últimas décadas, pode parecer que é tempo de tranquilidade, mas estudos recentes recomendam cautela. Nesse sentido, este artigo aponta alguns resultados do Relatório Executivo de um GT focado em analisar a pesquisa nacional, destacando que é necessário um processo de descentralização e desburocratização da gestão.

O DESAFIO, de certa maneira imprevisível, são os eventos climáticos. Não se discute mais se virão, mas quando e em que intensidade. A previsão é de um futuro caracterizado por temperaturas crescentes, maior aridez e eventos climáticos mais extremos, como secas e inundações. As projeções indicam que essas mudanças se intensificarão ao longo do tempo.

A produção agrícola foi resiliente, fornecendo ao mundo – função em que o Brasil é relevante – o alimento para a população. Projeções indicam que a população mundial cresce. A demanda por alimentos exige uma evolução superior minorando a fome ainda existente. A responsabilidade no atendimento dessa demanda social pertence muito ao Brasil, pois este tem terras disponíveis, tecnologia, empreendedorismo e clima.

Isso se considerarmos o clima atual! Mas será que estamos preparados para o clima do futuro?

Estudos recentes indicam que precisamos nos preocupar. A produtividade agropecuária é altamente dependente do clima. Temperaturas excessivamente altas e precipitação pluviométrica reduzida prejudicam o crescimento dos vegetais. Nascentes reduzem seus volumes, chegando mesmo a secar. Até a água subterrânea, disponível para irrigação, fica prejudicada.

Já em 2017, começaram a aparecer estudos que relacionam a produção aos extremos climáticos. Atualmente, vem crescendo o número de análises que focam nos efeitos das mudanças climáticas sobre a produtividade agrícola.

Neste contexto, como fica o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), um instrumento essencial de política agrícola e gestão de risco na agricultura? Caso o produtor assuma esse risco majorado sozinho, terá, certamente, de lidar com os seus reflexos. Isso desestabiliza os volumes e as receitas. Caminhamos devagar no desenvolvimento de um seguro climático consistente.

A convite do ministro Carlos Fávaro, do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), participei do Grupo de Trabalho de Estudos Avançados de Aprimoramento do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), em companhia dos ilustres colegas doutores Ana Célia Castro, Luís Carlos Guedes Pinto, Roberto Rodrigues e Silvio Crestana. Após quatro meses de reuniões, debates e muitas consultas, entregamos o nosso Relatório Executivo.

Destacamos o nosso otimismo com as possibilidades futuras considerando o significativo orçamento de recursos públicos destinados à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a excelência dos pesquisadores nos seus 43 centros de pesquisa. As linhas do relatório centraram-se em:

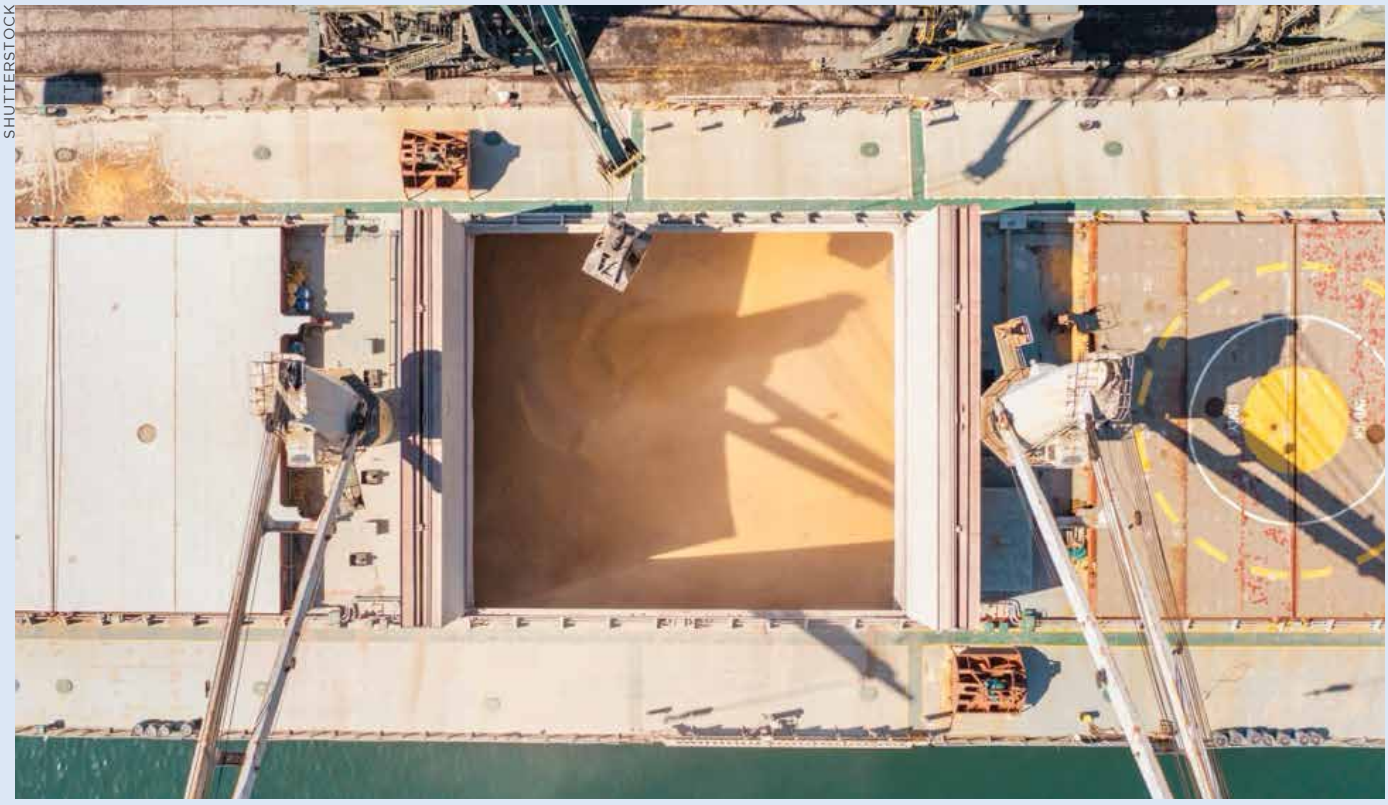
- destacar a urgência em P&D;
- nortear-se na permanente valorização dos servidores;
- aumentar a motivação e a satisfação no trabalho;
- manter canais de comunicação abertos e transparentes em todos os níveis da organização; e
- atuar na capacidade criativa desse patrimônio e na permanente valorização de cada membro da empresa, suas habilidades e contribuições.

As consultas realizadas junto a servidores indicaram uma série de problemas de natureza administrativa que prejudicam o funcionamento da Empresa. O processo de descentralização e desburocratização da gestão deve adotar medidas no sentido de delegar responsabilidades para os servidores das unidades descentralizadas. Verificou-se a existência de um excesso de concentração de poder na sede que reduz a criatividade, prejudicando, assim, os resultados.

O desafio está colocado. Precisamos de motivação, prioridade e liderança. ■

"As consultas realizadas junto a servidores indicaram uma série de problemas de natureza administrativa que prejudicam o funcionamento da Empresa [a Embrapa]. O processo de descentralização e desburocratização da gestão deve adotar medidas no sentido de delegar responsabilidades para os servidores das unidades descentralizadas."

* Produtor e liderança rural


SHUTTERSTOCK

EXPORTAÇÕES DE GRÃOS: BALANÇO ATUAL E PERSPECTIVAS

ANEC

COMO ESTÃO SENDO AS EXPORTAÇÕES DE GRÃOS ATÉ AGORA?

JEAN CARLO BUDZIAK
Engenheiro-agrônomo e responsável pela área de Inteligência de Mercado da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC)

O ANO começou com as exportações de soja impulsionadas pelos negócios do final de 2023. Isso contribuiu para que o primeiro semestre registrasse volumes superiores ao mesmo período do ano anterior. Naquele ano, foram exportados 101,3 milhões de toneladas da oleaginosa. Neste ano, estimamos que sejam exportados 99,0 milhões de toneladas.

As exportações de milho serão menores neste ano, estimadas em 41,0 milhões de toneladas – uma redução já evidente quando em comparação às exportações do ano anterior, de 55,6 milhões de toneladas.

O Porto de Santos foi o principal canal de exportação de milho e soja. De janeiro a agosto, o porto exportou 32,7% de toda a soja, seguido pelo de Itaqui, que exportou 13,6%, e pelo de Paranaguá, que exportou 13,4%. Quanto ao milho: pelo Porto de Santos, foram exportados 31,9%; pelo de Barcarena, foram 24,5%; e, pelo de Santarém, foram 18,2%. Os portos do Arco Norte são uma rota estratégica para os exportadores, principalmente para o escoamento da safra de milho.

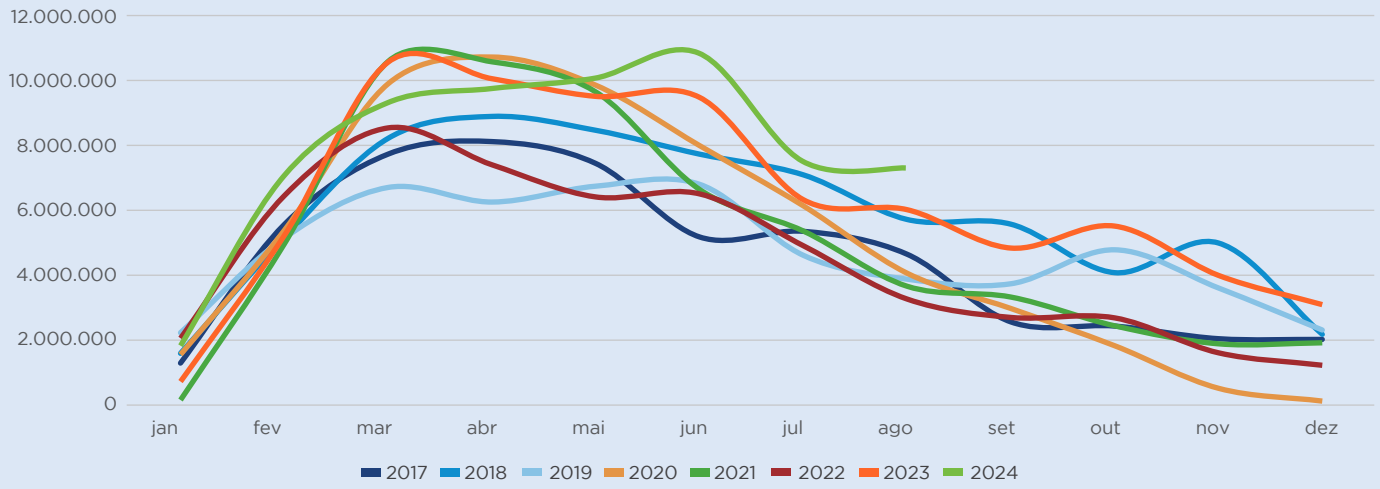
A China continua consolidando-se como o principal destino para a soja e o milho do Brasil. Até agosto, esse país foi responsável por 76% das exportações de soja e 10% das exportações de milho. Nos primeiros meses deste ano, a demanda chinesa por soja foi fraca, seguida por um aumento (*vide* gráfico), levando a um deslocamento sazonal das exportações, que, geralmente, diminuem a partir de junho.

As exportações de milho no primeiro semestre são menores e se intensificam no segundo semestre. O Egito (12%), a

HISTÓRICO DE EXPORTAÇÕES DE SOJA PARA A CHINA

(TONELADAS)

Em um deslocamento sazonal das exportações, houve um momento fraco na demanda chinesa pela soja brasileira nos primeiros meses deste ano, seguido por um aumento. Geralmente, as exportações diminuem a partir de junho.



Fonte: CARGONAVE; elaboração: ANEC

China (10%) e o Vietnã (9%) foram os principais destinos do cereal brasileiro. Já o Japão, a Espanha e a Coreia do Sul aproveitam a alta disponibilidade e os preços mais baixos do nosso milho para intensificar as importações no segundo semestre, devendo aumentar sua participação até o final do ano.

O QUE ESPERAR PARA O PRÓXIMO ANO?

A produção brasileira continua crescendo, trazendo desafios logísticos, como a dependência do transporte rodoviário e o déficit de armazenamento, elevando os custos da cadeia. Além disso, há uma maior oferta global de *commodities*.

Na soja, a Argentina retorna ao mercado após uma quebra de safra, enquanto os EUA vêm colhendo uma safra abundante. O Brasil tem o potencial de produzir até 170 milhões de toneladas na próxima safra. Porém, a demanda mundial por grãos segue estável. Caso o País alcance esse potencial, pode superar o recorde de exportação de 2023.

Essa oferta abundante pressiona as cotações da soja, exigindo aos produtores bom planejamento de comercialização para manter as margens de lucro e otimizar custos na safra 2024/25. Os esforços dos exportadores serão em manter a qualidade dos grãos exportados demandados pelos importadores e seguir comprometidos com a sustentabilidade e práticas responsáveis. Isso significa garantir que todas as etapas da cadeia sejam conduzidas de maneira íntegra, promovendo práticas agrícolas que assegurem o futuro do setor.

RELEVÂNCIA DA FITOSSANIDADE E DA QUALIDADE NOS PORTOS BRASILEIROS

WALLAS FERREIRA

Engenheiro-agrônomo responsável pela área de Qualidade e Biotecnologia da ANEC

Na exportação de grãos e derivados, o exportador deve cumprir rigorosas etapas, atendendo os requisitos fitossanitários e as certificações internacionais. Durante a exportação, pode-se exigir normas relativas a qualidade, identidade e segurança, além de regras quanto a cadastramento, rotulagem e certificação higiênico-sanitária, para viabilizar as operações comerciais, sujeitas à vigilância agropecuária internacional, fiscalizando o trânsito agropecuário em portos, aeroportos e fronteiras.

No Brasil, os contratos-padrão da ANEC servem como a principal referência para as exportações de soja, milho, farelo de soja, trigo e óleo de soja, estabelecendo que os exportadores devem cumprir a legislação brasileira

em relação à fitossanidade. A Portaria nº 177/21 do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) estabelece os procedimentos e critérios para a certificação fitossanitária na exportação e importação de produtos de origem vegetal. Segundo essa Portaria, o Certificado Fitossanitário (CF) deve ser emitido em acordo com os requisitos estabelecidos pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária (ONPF) do país importador, para assegurar a conformidade fitossanitária dos produtos exportados pelo Brasil.

A Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (CIPV) é um tratado criado para prevenir a disseminação e introdução de pragas de plantas e produtos vegetais, promovendo a cooperação global em fitossanidade. Estabelece padrões internacionais para medidas fitossanitárias, garantindo o comércio seguro de plantas e produtos vegetais. As ONPFs desempenham um papel crucial, implementando as diretrizes da CIPV em seus respectivos países, emitindo certificados fitossanitários e garantindo a conformidade com normas internacionais. O Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas (DSV/MAPA) é responsável pela negociação dos Requisitos Fitossanitários com as autoridades estrangeiras, sendo considerado a ONPF do País.

Portanto, os exportadores devem observar com rigor os requisitos fitossanitários dos países importadores para garantir o sucesso em suas operações. Atentos a essa questão, os exportadores têm implementado várias medidas para monitorar e garantir a qualidade fitossanitária dos seus grãos.

No setor produtivo, devem ser adotadas boas práticas agrícolas com o objetivo de reduzir a incidência de doenças e ervas daninhas. Nos armazéns de origem, devem ser realizados procedimentos rigorosos de pré-limpeza e limpeza para assegurar a qualidade dos grãos. Essas ações visam atender os requisitos internacionais e, em última análise, mitigar as reclamações dos compradores quanto a sementes e outras pragas quarentenárias, principalmente em cargas destinadas à China.

Nos portos, as empresas responsáveis pela supervisão e certificação de qualidade dos produtos embarcados seguem rigorosos procedimentos de amostragem e classificação, enquanto as empresas de fumigação desempenham um papel crucial no controle de insetos vivos. Essas medidas garantem que os grãos exportados atendam os padrões exigidos, assegurando a conformidade com as expectativas dos mercados internacionais.

42º JANTAR ANEC: A GRANDE CELEBRAÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

BARTIRA SANTA CATARINA
Gerente de Comunicação e Eventos da ANEC

Evento mais prestigiado e aguardado do ano no setor de agronegócios, o 42º Jantar ANEC está chegando. A tradicional confraternização, marcada para 28 de novembro próximo, às 19h00, deverá reunir as principais lideranças do setor exportador, da cadeia produtiva de grãos brasileira, além de representantes de entidades parceiras e de grandes empresas.

Para 2024, a ANEC está preparando um ambiente propício para uma celebração ainda mais especial, que deve superar as expectativas. Nessa edição, a Associação espera receber no seu tradicional jantar um público recorde de cerca de 1,3 mil pessoas.

O local selecionado para a realização dessa grande confraternização, que promete ser inesquecível, foi o Hotel Unique. Conhecido pela sua arquitetura arrojada e por oferecer uma experiência de luxo e sofisticação, foi projetado pelo famoso arquiteto Ruy Ohtake e está situado no bairro nobre dos Jardins. Na sua cozinha, o Hotel conta com o renomado e premiado *chef* Emmanuel Bassoleil, que promete proporcionar uma agradável experiência gastronômica aos convidados.

O início do evento será marcado pela palestra "Previsão de Safra", da empresa de inteligência de mercado Agroconsult. Na ocasião, serão divulgadas, em primeira mão, informações, dados relevantes e *insights* sobre as safras de soja, milho, farelo de soja, trigo e algodão. Depois, os convidados poderão ter momentos de muito *networking* com os participantes.

Prepare-se para uma noite imperdível, em que o agronegócio e os excelentes resultados das safras serão celebrados em grande estilo! Garanta a sua presença. Para mais informações e aquisição de convites, entre em contato pelo e-mail eventos@anec.com.br. ■

14º CBA CELEBRA OS 25 ANOS DA ABRAPA EM GRANDE ESTILO

Por Imprensa Abrapa

ENTRE 3 e 5 de setembro, Fortaleza, no Ceará, se tornou a capital nacional do algodão ao sediar o 14º Congresso Brasileiro do Algodão (CBA). Organizado pela Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), o evento superou todas as expectativas e estabeleceu novos recordes. Com a participação de mais de 4.200 pessoas – um aumento de 20% em relação à edição de 2022 –, o Congresso destacou-se como o mais bem-sucedido da sua história. Sob o tema "Construindo história rumo ao protagonismo mundial", ele celebrou os 25 anos de fundação da Abrapa e a mais recente conquista do setor: a liderança do Brasil no *ranking* dos maiores exportadores globais da pluma, alcançada em julho último.

Com 3.327 inscritos, o 14º CBA contou com o apoio de 62 patrocinadores, dos quais mais de 40% eram estreantes. A área de exposição impressionou, com 7.000 metros quadrados dedicados às mais avançadas tecnologias e serviços para o setor produtivo de algodão.

"Esse crescimento em público e área atesta a adesão do produtor e de toda a cadeia produtiva de algodão ao Congresso. Por trás de tudo isso, tem muito trabalho de organização e curadoria, durante os dois anos que antecederam o evento. Prova disso é que nem bem terminamos o 14º CBA e já vamos começar a pensar no próximo", explicou Alexandre Schenkel, presidente da Abrapa.

"O Brasil assumiu a sua posição de grande *player*, e a ciência, com muito investimento em pesquisa e desenvolvimento, está na base dessa escalada. Mas, a cada edição, a Abrapa tem aberto o leque de abordagens, indo além dos temas agronômicos para discutir as novas tecnologias, economia, tendências, *marketing* e muitos outros, para uma atividade que não para de evoluir", afirmou o presidente, destacando que o Congresso também propicia as redes de contato, por ser realizado durante três dias, em um só lugar. "Conhecimento, oferta e demanda, tudo ao mesmo tempo. E eu agradeço a cada uma das pessoas que trabalhou e que compareceu ao evento, em especial aos nossos patrocinadores – veteranos e estreantes –, por acreditar e seguir conosco", finalizou. De acordo com a Abrapa, o 15º CBA está agendado para 2026, ainda sem data e cidade-sede definidas.

PROGRAMAÇÃO DIVERSIFICADA

O Congresso reuniu 114 palestrantes de destaque nacional e internacional, em diversas áreas de atuação. A programação incluiu seis plenárias. As salas temáticas foram divididas em *hubs*, dispostos, simultaneamente, em um espaço hexagonal. Os dezenove *hubs* estavam organizados no formato de "palestras silenciosas", nas quais os participantes usaram fones de ouvido para acompanhar as apresentações e tinham a liberdade de transitar entre os temas.

As salas temáticas abordaram uma ampla gama de tópicos, incluindo manejo de pragas, agricultura regenerativa, práticas de baixo carbono e agronômicas, escolha de variedades e tecnologia para maximizar a qualidade da fibra, entre outros. Já nas plenárias, o CBA foi além dos temas técnicos para debater os grandes assuntos da atualidade, incluindo a conjuntura econômica global, as variações climáticas e os avanços tecnológicos. A imagem, o *branding* e a reputação também mereceram destaque.

Seis *workshops* encerraram a parte técnica da programação, com o último deles dedicado à presença feminina na cotonicultura.

TRABALHOS CIENTÍFICOS

Os 288 trabalhos científicos apresentados refletiram a excelência da pesquisa nacional, mostrando a diversidade e a inovação da Ciência brasileira. "Na minha avaliação, o Congresso foi um grande sucesso, tanto em termos de organização, quanto de programação técnico-científica. Conseguimos aprimorar o conteúdo, adaptando-o às preocupações atuais dos produtores de algodão e dos profissionais da área", disse Jean-Louis Belot, pesquisador do Instituto Mato-Grossense do Algodão (IMAmt) e coordenador-geral da Comissão Científica do Congresso.

Para ele, com um público tão diversificado como o do Congresso, é desafiador criar uma programação que atenda todos os interesses. "No entanto, esperamos que a maioria dos congressistas retorne às suas atividades com novos conhecimentos e *insights* valiosos sobre a cadeia produtiva de algodão. Esta edição é um marco para o nosso Congresso", finalizou o pesquisador.

RECONHECIMENTO AOS PROGRAMAS ABR E ABR-UBA

Na abertura do 14º CBA, o ministro do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Carlos Fávaro, assinou um termo de reconhecimento ao programa Algodão Brasileiro Responsável (ABR) e ao programa Algodão Brasileiro


DIVULGAÇÃO/ ABRAPA

Alexandre Schenkel, presidente da Abrapa, e Carlos Fávaro, ministro do MAPA

Responsável para Unidades de Beneficiamento de Algodão (ABR-UBA), entregando-o ao presidente da Abrapa, Alexandre Schenkel. O reconhecimento baseia-se na Portaria nº 337 do MAPA, de 8 de novembro de 2021.

O ABR está presente em mais de 80% da safra, e, a partir de agora, o cotonicultor certificado pela iniciativa terá redução de juros nas suas operações bancárias. "Todos os produtores que têm a certificação ABR terão um desconto de 0,5% dos juros nos seus custeios e investimentos do Plano Safra", detalhou o ministro. "Nós entendemos que a sustentabilidade é o único caminho para fazer crescer e perdurar a produção de algodão no País", concluiu Schenkel.

PROTAGONISMO DO ALGODÃO BRASILEIRO

A plenária "O algodão brasileiro em foco: perspectivas do mercado internacional" contou com Marcelo Duarte, diretor de Relações Internacionais da Abrapa, que destacou o protagonismo do Brasil no mercado global como resultado de 25 anos de trabalho da Associação. O analista norte-americano Ron Lawson apontou que o principal desafio do Brasil é o aumento da demanda. Já Christian Schindler, diretor-geral da International Textile Manufacturers Federation (ITMF), explicou que a baixa demanda atual se deve ao acúmulo de estoques em 2022 pela indústria têxtil.

A plenária sob mediação de Roberto Rodrigues, ex-ministro do MAPA, e com participação de representantes de grupos agrícolas discutiu o protagonismo da pluma nacional. Blairo Maggi, da AMAGGI, destacou a cotonicultura como um sonho realizado. Carlos Alberto Moresco, do Grupo GMS, vê novas oportunidades surgindo. Guilherme Scheffer, do Grupo Scheffer, faz parte da segunda geração de uma família gaúcha que se reinventou. Aurélio Pavinato, da SLC Agrícola, orgulha-se dos desafios superados, enquanto Walter Horita, do Grupo Horita, integrou o algodão à sua produção diversificada.

Os desafios climáticos foram discutidos durante o *hub* que abriu os conteúdos técnicos. O encontro reuniu Odair Fernandes, da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FCAV/Unesp), e Cornelio Zolin, da Embrapa Agrossilvipastoril, além do consultor Ederaldo Chiavegato, para abordar como intempéries podem impactar a produtividade e a sustentabilidade da cultura da fibra no País. Mediado por Ana Luiza Borin, pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o painel abordou a produção agrícola, o desenvolvimento do algodoeiro e a dinâmica das pragas.


DIVULGAÇÃO/ ABRAPA

Homenagem aos ex-presidentes da Abrapa

A controladoria e a gestão para perpetuar os negócios foram o centro dos debates no *hub* coordenado por Arlindo Moura, presidente do Conselho de Administração da Santa Colomba Agropecuária e ex-presidente da Abrapa. Participaram Rodrigo Rodrigues, diretor de Agronegócio da Consultoria Falconi, e Ivo Brum, diretor financeiro e de Relações com Investidores da SLC Agrícola.

Em outro *hub*, foram debatidos os temas do uso intensivo de novas tecnologias e da presença de nematoides nas lavouras de algodão. O manejo foi abordado por Rafael Galbieri, coordenador do Departamento de Fitopatologia/Nematologia do IMAmt, Guilherme Asmus, engenheiro-agrônomo e pesquisador em Nematologia da Embrapa Agropecuária Oeste, e Nelson Suassuna, engenheiro-agrônomo e pesquisador da Embrapa Algodão.

O manejo de pragas do sistema produtivo foi analisado em outra sala. Pesquisadores forneceram informações para a proteção de suas safras a partir dos resultados de pesquisas atuais. Participaram Jacob Crosariol Netto, pesquisador entomologista do IMAmt, Lucia Vivian, pesquisadora entomologista da Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso (Fundação MT), e Marco Tamai, professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

O papel da agricultura irrigada no Brasil, especialmente no cultivo de algodão, foi observado pelo engenheiro agrícola

Everardo Mantovani, pelo produtor Celestino Zanella e pelo mestre em irrigação Igor Santos, que compartilharam suas perspectivas.

Uma das demandas do mercado internacional para o algodão brasileiro é a melhoria no conteúdo em fibras curtas (SFC, na sigla em inglês). Em outro *hub*, Jean-Louis Belot, pesquisador do IMAmt, e Samuel Yanase, diretor industrial da Têxtil União, trataram do assunto sob mediação de Marcelo Duarte, da Abrapa.

Um quarto *hub* abordou a fisiologia do algodoeiro. Com coordenação de Fernando Lamas, pesquisador da Embrapa Agropecuária Oeste, o painel reuniu três especialistas da Embrapa para falar sobre a importância de entender o perfil do solo.

MACROECONOMIA E IA NA PRODUÇÃO DE ALGODÃO

Uma pergunta ecoou na plenária: a inteligência artificial (IA) vai produzir algodão? Para falar sobre o tema, o CBA juntou a consultora Martha Gabriel, futurista do Institute for the Future (IFTF), Silvia Massruhá, presidente da Embrapa, e Mauricio Schneider, CEO da StartSe Agro e cofundador da Solubio, uma das gigantes *biotechs* do agro brasileiro. A plenária foi mediada pela jornalista Patrícia Travassos.

Em outra plenária, a expectativa para as próximas reuniões do Federal Reserve (Fed) e do Banco Central do Brasil (BCB) e para o desenrolar da eleição presidencial nos Estados Unidos foi o pano de fundo das discussões sobre os cenários macroeconômicos global e doméstico. Mediado por Caio Junqueira, jornalista da CNN, o encontro contou com os economistas-chefes Marcelo Rebelo, do BCB, Maurício Une, do Rabobank, e André Nunes, do Banco Cooperativo Sicredi, além de Pedro Fernandes, diretor de Agronegócio do Itaú BBA.

À tarde, doze *hubs* temáticos ofereceram informações valiosas aos congressistas. Houve uma sessão sobre manejo de pragas, a evolução da entomofauna no sistema e estratégias para lidar com estresses abióticos. A sustentabilidade foi um tema central, com discussões sobre o equilíbrio entre produtividade e preservação.

RISCO FITOSSANITÁRIO

Os desafios fitossanitários da cultura de algodão aumentaram a preocupação da comunidade técnico-científica notadamente com o bicudo-do-algodoeiro, a ramulária e a mancha-alvo, sendo esta última uma doença de alto risco fitossanitário, com alarmantes danos econômicos ao cotonicultor.

ASSOCIAÇÕES ASSINAM DOCUMENTO PARA ALAVANCAR O ALGODÃO

A plenária "Estratégias globais do mercado têxtil: conectando com o consumidor final" mobilizou um debate mediado pela jornalista Maria Prata, com a participação do consultor Giuseppe Gherzi, da consultora italiana Marzia Lanfranchi, de Fernando Pimentel, presidente emérito da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), de Fábio Adegas, diretor-presidente das Lojas Renner S.A, e de Marcos De Marchi, presidente da Vicunha Têxtil.

O potencial do algodão para se reinventar transformando-se de uma *commodity* em uma "marca" capaz de conquistar mentes e corações foi abordado durante a última plenária. Reunindo profissionais como João Branco, considerado um dos dez melhores profissionais de *marketing* do Brasil, George Candon, especialista em política internacional e reputação, e Luis Fernando Samper, da 4.0 Brands, que está por trás da marca dos cafeicultores colombianos (Juan Valdez), o debate mostrou como a pluma nacional pode alinhar-se com os valores e as expectativas dos consumidores modernos. Conduzido por Silmara Ferraresi, diretora de Relações Institucionais da Abrapa, o painel abordou o conceito de *branding*.



DIVULGAÇÃO/ ABRAPA

Plenária debate a "marca" em que o algodão se transformou

Fernando Pimentel, presidente emérito da Abit, e Alexandre Schenkel, presidente da Abrapa, assinaram um documento anunciando o compromisso conjunto de elevar o consumo interno de algodão para 1 milhão de toneladas anuais.

WORKSHOPS ENCERRARAM A PROGRAMAÇÃO

Seis *workshops* encerraram a programação técnica. Os participantes discutiram: o manejo de plantas daninhas; a produção de algodão na agricultura familiar; os desafios e as oportunidades que as tecnologias emergentes trazem para o campo; a nutrição do algodoeiro; e o fortalecimento da presença feminina na indústria de algodão. ■

JOÃO PAULO LEFÈVRE



BBM CAMINHA AO LADO DO ALGODÃO BRASILEIRO

JOÃO PAULO DE AZEVEDO LEFÈVRE

Presidente do Conselho de Administração da Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM) e sócio-diretor da Lefèvre Corretora de Mercadorias Ltda. – jpal@lefevre.com.br

NO BRASIL, a safra 2023/24 de algodão gira em torno de 3,60 milhões de toneladas, o que consolida o País como o terceiro maior produtor mundial e, pela primeira vez, o maior exportador do produto. Trata-se de um cenário que impressiona pelos volumes e pela qualidade reconhecida mundialmente, devido a grandes esforços das entidades envolvidas e atuantes nos mais diferentes elos da cadeia.

Atualmente, o consumo da fibra pela indústria nacional aproxima-se de 700 mil toneladas por ano, e o Brasil é, hoje, o sétimo consumidor mundial de algodão. São 99,9% do consumo interno de algodão nacional, o que coloca o País no posto de importantíssimo *player* consumidor.

O cenário futuro é ainda mais animador, com direito à perspectiva de uma safra recorde de produção, de acordo com dados da última reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados, do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Segundo as estimativas, a área plantada com algodão no País na safra 2024/25 deve avançar 7,4% em relação à safra 2023/24, atingindo 2,13 milhões de hectares.

A 76ª reunião da Câmara, presidida pela Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), divulgou um levantamento que aponta que a produtividade média projetada para a próxima safra é de 1.859 quilos de algodão beneficiado por hectare, com uma produção de 3,97 milhões de toneladas, um volume de produção 8% maior do que o da temporada anterior.

OS DESAFIOS A SEREM SUPERADOS

Quanto aos desafios do algodão brasileiro, apontamos os que consideramos como os principais hoje:

- **Desafios na produção** – manter o desenvolvimento da qualidade do processo produtivo e seguir conquistando os mercados mais exigentes do mundo com sustentabilidade, visando produzir com responsabilidade e rentabilidade;

- **Desafios no consumo da indústria nacional** – superar a difícil concorrência com os produtos têxteis importados e acompanhar o padrão de compra das *tradings*, viabilizando compras para entregas futuras e programadas;

- **Desafios na exportação** – melhorar a cadeia logística para preservar os fardos nas diversas etapas do transporte e tornar mais eficiente a operação portuária, ampliando a capacidade dos armazéns portuários especializados, aumentando as linhas para escoamento (principalmente, para a Ásia) e, conseguindo, assim, abrir a operação em outros portos além do de Santos.

Apesar do avanço dos últimos anos, a logística segue sendo o ponto de atenção da cadeia. Atualmente, as alternativas para escoar a safra são, principalmente, o Porto de Santos, aparecendo como alternativas os Portos de Itapoá (em Santa Catarina), de Itaguaí (no Rio de Janeiro) e de Salvador (na Bahia).

O primeiro desses três Portos, embora focado em contêineres, pode contribuir significativamente para a logística de exportação do algodão. Já o segundo busca eficiência e custos menores no transporte, enquanto o terceiro tem oferecido vantagens nos prazos de entrega, reduzindo os custos.

Ainda sobre o transporte, é importante manter a qualidade do algodão, o que é feito com maestria porteira para dentro. No entanto, ainda são identificadas deficiências no caminho até os Portos. Por outro lado, são indiscutíveis as melhorias significativas verificadas nos Portos, o que é um avanço, mas não o suficiente para acomodar uma parte dos agentes de mercado.

BBM NO FIO DO ALGODÃO

A BBM entra em cena nesse contexto há muitos anos, com seu quadro de corretoras associadas e especializadas nos comércios nacional e internacional da pluma. Das mais de 130 corretoras associadas, 41 possuem uma forte atuação no mercado, com *expertise* em cada um dos elos da cadeia e sempre buscando novos e potenciais compradores, abrindo novos caminhos para o algodão brasileiro no mundo.

Além de contar com a maior rede de corretoras do País, a BBM é uma entidade reguladora da comercialização de

VENDAS DE PRODUTORES RURAIS E COOPERATIVAS NA SAFRA 2023/24
(TONELADAS)

ORIGEM		MERCADO INTERNO		FLEX	EXPORT.	TOTAL PARCIAL	DISTRATO / WASHOUT / UF	TOTAL (TOTAL PARCIAL - DISTRATO / WASHOUT / UF)
		INDÚSTRIA	COMERC. INT					
CENTRO-OESTE	GO	2.904	6.770	2.134	4.758	16.567	0	16.567
CENTRO-OESTE	MS	2.445	4.832	0.000	3.715	10.992	0	10.992
CENTRO-OESTE	MT	41.702	114.240	17.843	305.595	479.381	10.000	469.381
NORDESTE	BA	13.104	94.641	82.501	52.817	243.063	326	242.737
NORDESTE	MA	600	0	0.000	0.700	1.300	0	1.300
NORDESTE	PI	2.450	3.000	6.451	9.281	21.182	0	21.182
NORTE	TO	0	0	0.000	3.700	3.700	0	3.700
SUDESTE	MG	16.761	8.129	1.050	2.900	28.841	0	28.841
SUDESTE	SP	400	1.684	0.560	0.220	2.865	0	2.865
SUL	PR	250	0	0.000	0.000	0.250	0	250
VÁRIOS ESTADOS	UFS	6.249	0	0.000	1.500	7.749	0	7.749
Nº Contratos		237	504	104	335	1.180		
TOTAL PARCIAL		86.866	233.298	110.539	385.186	815.890		
DISTRATO / WASHOUT		326	0	0.000	10.000	10.326		
TOTAL (TOTAL PARCIAL - DISTRATOS / WASHOUT)		86.540	233.298	110.539	375.186	805.564		

Nota: dados do SINAP para negócios com algodão em pluma da safra 2023/24 registrados até 22 de setembro de 2024
Fonte: BBM

algodão em pluma que disciplina os padrões de fechamento dos negócios e de execução dos contratos. Os negócios de compra e venda registrados na Bolsa por corretoras associadas seguem uma tabela de ágio e deságio justa para os agentes da produção e do consumo no momento da entrega do produto em relação ao padrão inicialmente pactuado.

Desenvolvemos, também, o Sistema de Informações de Negócios com Algodão em Pluma (SINAP), produzindo e divulgando de forma online informações diárias e consolidadas da comercialização no mercado físico há mais de quinze anos. Os interessados podem acessar os dados consolidados dos negócios realizados por produtores rurais, cooperativas, indústrias e comerciantes nos mercados interno e externo.

Na nossa base de dados, contamos com um amplo registro das quantidades negociadas de algodão e, também, divulgamos diariamente o Indicador de Preços do Algodão em Pluma, com base no padrão 41-4 do estado de São Paulo.

As cotações agrícolas da BBM oferecem uma visão confiável ao mercado agrícola, usando como referência as principais praças formadoras de preços no Brasil na perspectiva do valor pago ao produtor rural. Além do algodão, a BBM disponibiliza, no seu portal (bbmbolsa.com.br), cotações de arroz, café (Arábica e Robusta), feijão (cores e preto), milho, soja e trigo.

BBM



Caixa padrão de classificação do algodão do USDA

Para dar sustentação legal, segurança e agilidade ao mercado, a BBM criou uma Câmara Arbitral com árbitros independentes especializada na resolução de conflitos de negócios com produtos agropecuários, tornando-se uma referência no mercado ao dirimir 100% dos procedimentos desde que iniciou a sua atuação no agro.

Além disso, recentemente, junto com outras três importantes entidades ligadas ao algodão – Abrapa, Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (ANEA) e Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) –, a BBM tornou-se membro do Conselho Diretor da Brazilian Cotton School, que objetiva disseminar conhecimentos para formar profissionais mais capacitados na cadeia, contribuindo para o crescimento do setor no Brasil. Ao lado dessas entidades, a BBM participa do Comitê de Ética do Algodão.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

Por conta da sua importância como ambiente regulador de negócios no Brasil, a Bolsa é associada ao Committee for International Co-operation Between Cotton Associations (CICCA), com sede em Liverpool, na Inglaterra. A BBM também é membro do Acordo Universal de Padronização do Algodão, organizado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês), e participa do Conselho Consultivo do Setor Privado do Comitê Consultivo Internacional do Algodão (CCIA).

OLHOS PARA O FUTURO

O Brasil desponta criando uma ótima oportunidade para a cadeia atender as demandas das agendas ESG e, assim, liderar o mercado mundial. O País é um exemplo para o mundo pelos seus modernos e eficientes sistemas de rastreabilidade, sustentabilidade e medição da qualidade do algodão, além de certificação internacional, com a Better Cotton. Nesse sentido, a BBM é apoiadora de movimentos que impulsionam a qualidade da fibra nacional a atingir níveis de altíssima excelência e, consequentemente, novos mercados pelo mundo.

Vemos um futuro promissor para a cotonicultura nacional e acreditamos que os nossos programas de registro seguirão contribuindo para a organização da cadeia e a transparência nos números da comercialização, dando amparo para produtores, *tradings*, indústria e o mercado que se beneficia desses dados. Tudo isso depende de continuar o comprometimento visto nos últimos anos, desde o produtor até a indústria. Hoje, há, ainda, a consciência do consumidor final na busca por produtos rastreados, garantindo, assim, a sustentabilidade em toda a cadeia e posicionando todos como atores no sucesso da fibra natural brasileira. ■

REGENERAR OS SOLOS DOS ALGODOEIROS

ALTAMIRO ALVERNAZ
Desenvolvedor da Tecnologia do Consórcio Probiótico (TCP)

BASEADA EM estudos aprofundados, a TCP toma como base as pesquisas científicas. Os processos buscam soluções há quinze anos. A literatura acumula informações e análises fartas das descobertas mais recentes sobre esse assunto precioso. Ao equilibrar o ambiente produtivo na cultura de algodão utilizando uma solução a partir da fermentação de microrganismos benéficos e seus metabólitos com nutrientes essenciais às plantas, a TCP aumenta a produtividade, melhora a qualidade e promove a regeneração do solo para uma sustentabilidade agrícola.

Um sistema produtivo equilibrado capacita os produtores a enfrentarem os desafios modernos da agricultura. Primeiro, na racionalização da dependência dos fertilizantes e dos pesticidas químicos. Segundo, na promoção da saúde do solo e das plantas por meio da fermentação de microrganismos benéficos com nutrientes essenciais. Terceiro, na contribuição para uma agricultura mais sustentável e ambientalmente amigável, com geração de créditos de carbono.

A partir da fermentação de microrganismos benéficos e seus metabólitos, a TCP equilibra o ambiente produtivo na cultura de algodão, aumentando a produtividade, melhorando a qualidade e promovendo a regeneração do solo de forma sustentável.

O equilíbrio do ambiente produtivo torna os nutrientes mais disponíveis para as plantas. Há uma redução da necessidade de fertilizantes químicos. Essa redução gera, naturalmente, uma diversidade microbiana. E esta dá resiliência ao ambiente. Microrganismos benéficos resistem às infestações de pragas e às mudanças climáticas. A ciclagem eficiente garante que as plantas tenham acesso contínuo aos elementos essenciais durante todo o ciclo de crescimento. Redundância funcional de diferentes espécies microbianas é a essência do equilíbrio do ambiente produtivo.

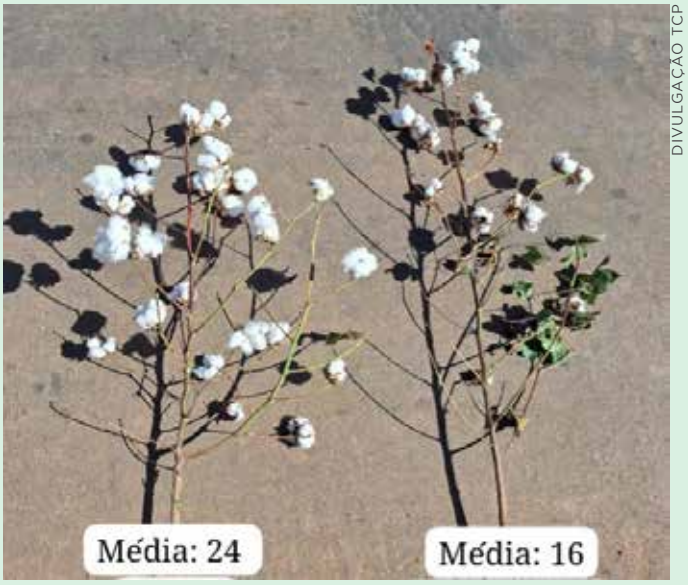
As imagens dos resultados de campo nos algodoais do estado de Mato Grosso mostram o grau de equilíbrio do ambiente produtivo com TCP. ■

DIVULGAÇÃO TCP



Padrão fazenda *versus* equilíbrio do ambiente

DIVULGAÇÃO TCP



Algodoeiro com TCP e algodoeiro com padrão fazenda

BRASIL: O MAIOR EXPORTADOR MUNDIAL DE ALGODÃO

MIGUEL FAUS
Presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (ANEA)

NESTE ANO, o Brasil conquistou, pela primeira vez, um marco histórico: ao ultrapassar os Estados Unidos, passou a liderar o *ranking* dos maiores exportadores globais de algodão. Essa conquista foi possível graças a uma excelente safra 2023/24, com uma colheita de 3,7 milhões de toneladas, dos quais 2,6 milhões são destinados à exportação da pluma.

O anúncio sobre esse desempenho foi feito durante a 75ª reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados, do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), realizada durante o 21° ANEA Cotton Dinner, conferência promovida pela ANEA em Comandatuba, na Bahia.

Características como a qualidade associada ao uso de alta tecnologia e ao compromisso com a regularidade no fornecimento e as práticas sustentáveis foram fundamentais para que atingíssemos esse patamar – meta esta que, até então, era projetada para 2030.

TABELA 1 – BRASIL: EXPORTAÇÕES DE ALGODÃO NOS QUATRO ÚLTIMOS CICLOS (TONELADAS)

Ao ultrapassar os EUA, o Brasil alcançou a liderança no ranking *global de maiores exportadores de algodão. Isso deveu-se à ótima safra 2023/24, de 3,7 milhões de toneladas.*

	2021/22	2022/23	2023/24	2024/25
Julho	61.416	19.680	72.624	167.213
Agosto	50.766	62.790	104.311	111.764
Setembro	140.213	184.509	186.515	87.030
Outubro	203.095	260.142	225.681	
Novembro	166.351	268.594	253.706	
Dezembro	270.636	175.723	350.792	
Janeiro	199.391	123.987	250.261	
Fevereiro	166.884	43.158	258.049	
Março	185.817	75.799	252.785	
Abril	135.969	60.976	241.482	
Maio	81.622	60.319	229.438	
Junho	62.733	60.321	160.411	
TOTAL	**1.724.893**	**1.395.998**	**2.586.055**	**366.007**

Fonte: MDIC

SHUTTERSTOCK



TABELA 2 – PAÍSES CONSUMIDORES DE ALGODÃO BRASILEIRO NOS QUATRO ÚLTIMOS CICLOS (TONELADAS)

Na liderança do consumo de algodão exportado pelo Brasil, a China destaca-se em primeiro. Na sequência, vêm o Vietnã, o Paquistão, a Turquia, Bangladesh e a Indonésia.

PAÍS	2021/22		2022/23		2023/24		2024/25*	
China	456.464	26,5%	414.883	29,7%	1.296.603	50,1%	54.870	19,7%
Vietnã	291.999	16,9%	202.261	14,5%	359.841	13,9%	52.975	19,0%
Paquistão	195.615	11,3%	181.775	13,0%	142.928	5,5%	50.391	18,1%
Bangladesh	206.342	12,0%	233.315	16,7%	273.522	10,6%	35.200	12,6%
Turquia	237.418	13,8%	151.526	10,9%	217.922	8,4%	35.511	12,7%
Indonésia	160.211	9,3%	79.677	5,7%	127.000	4,9%	19.713	7,1%
Malásia	67.453	3,9%	51.892	3,7%	83.194	3,2%	9.186	3,3%
Coreia	45.779	2,7%	28.792	2,1%	30.984	1,2%	4.198	1,5%
Tailândia	16.194	0,9%	9.049	0,6%	8.673	0,3%	805	0,3%
Índia	16.511	1,0%	21.283	1,5%	4.373	0,2%	6.096	2,2%
Egito	–	0,0%	–	0,0%	12.645	0,5%	5.351	1,9%
Outros	30.907	1,8%	21.545	1,5%	28.370	1,1%	4.681	1,7%
TOTAL	1.724.893	100,0%	1.395.998	100,0%	2.586.055	100,0%	278.977	100,0%

*Dados relativos apenas a julho e agosto
Fonte: MDIC

Essa conquista reflete o trabalho de toda a cadeia produtiva, que, em duas décadas de investimento em pesquisa, desenvolvimento científico, profissionalização e união do setor, transformou o Brasil de segundo maior importador em líder global. É um marco que nos enche de orgulho e que posiciona o País como um grande competidor.

MERCADO GLOBAL

No cenário internacional, os países asiáticos lideram o consumo de algodão brasileiro exportado, sendo que a China figura na primeira colocação, seguida por Vietnã, Paquistão, Turquia, Bangladesh e Indonésia (*vide* Tabela 2).

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Adicionalmente, visando contribuições positivas para toda a cadeia produtiva e o seu desenvolvimento econômico global, a ANEA, junto com a Associação Americana de Exportadores de Algodão (ACSA, na sigla em inglês) e a Associação Australiana de Exportadores de Algodão, assinou um acordo histórico durante a Convenção Anual da ACSA, em Scottsdale, nos Estados Unidos.

Por meio desse acordo, temos o propósito de garantir, principalmente, a sustentabilidade econômica e social de longo prazo da indústria da cotonicultura dos países envolvidos, com uma abordagem colaborativa em importantes temas globais. Assim, pretendemos intensificar o diálogo para identificar questões de interesse comum, fortalecer as relações e gerar oportunidades.

Estamos convictos de que, com união, inovação e compromisso, o Brasil continuará desempenhando um papel de protagonismo no cenário global. ■



SHUTTERSTOCK

CONCEITO E INTERPRETAÇÃO DE PRAGA NO ECOSSISTEMA



ALTAMIRO ALVERNAZ
Desenvolvedor da Tecnologia do Consórcio Probiótico (TCP)

O LOBO é uma praga quando devora um coelho para se alimentar? Ou o coelho é uma praga por consumir as hortaliças da sua horta para sobreviver? O que definiria uma praga?

Possuímos relações profundas e íntimas com bactérias, fungos, vírus, nematoides, insetos, répteis, anfíbios, mamíferos e pássaros de todos os tipos. A imensa maioria desses organismos é benéfica e benigna em um ecossistema saudável, equilibrado. Mas, quando este é degradado, por qualquer motivo, esses organismos começam a se alimentar de plantas ou animais nos quais nós teríamos um interesse econômico mais direto. Nesse momento, passamos a rotulá-los de pragas ou patógenos. É o que acontece nas lavouras ou nos sistemas produtivos de proteína animal do Brasil: estão sistematicamente em desequilíbrio. Mas por quê?

Remédios estão disponíveis para combater as pragas existentes nos ecossistemas nacionais. Esses procedimentos intensificam-se com dosagens crescentes. O manejo utilizado há décadas é o principal responsável pela situação de desequilíbrio. As recomendações comercializadas são chaves para a proliferação desse ambiente desequilibrado.

FUNÇÕES DE SIMILARIDADE

No sistema digestório equilibrado, microrganismos como a *Escherichia coli* desempenham um papel importante na manutenção da saúde intestinal. Com o ambiente desequilibrado, essa mesma bactéria causa infecções que se manifestam por meio de diarreia ou febre intensa, sendo a porta de entrada para a ocorrência de uma doença mais séria. Preste bem atenção: enquanto o ambiente está equilibrado, a *Escherichia coli* garante a saúde intestinal, mas, em desequilíbrio, se torna uma perigosa "praga".

No cultivo do camarão, há temor com uma doença chamada vibriose, causada por bactérias do gênero *Vibrio*. Esse microrganismo faz parte do ecossistema natural do camarão. No ambiente equilibrado, a bactéria decompõe a matéria orgânica e recicla nutrientes para manter o ambiente saudável. Em um ambiente desequilibrado, a mesma bactéria gera infecções e doença nas criações. Assim, torna-se uma porta de entrada para a devastadora doença mancha branca.

Assim como a *E. coli* para os humanos, o *Vibrio* no camarão mantém a saúde do ecossistema e, se desequilibrado, se torna uma "praga". O produtor ficou dependente de determinadas soluções para resolver os problemas do setor. Porém, a cada ciclo de produção, os dispêndios aumentam sem mostrarem eficiência. Alguma semelhança com a lavoura ou a produção de proteína animal?

CONCLUSÃO SOBRE O COELHO E O LOBO

O coelho e o lobo não são pragas. Ambos são dependentes de um ecossistema maior que oferece, ou não, as condições necessárias para que se mantenham. O manejo é que irá determinar se esses organismos se expressarão como benignos ou como pragas. Da mesma forma, os nematoides *Pratylenchus* e os fungos *Fusarium* não são pragas ou patógenos. Nem qualquer outro inseto, nematoide, bactéria ou fungo. Simplesmente são organismos presentes no ambiente.

Se esses organismos proliferaram ao ponto de provocarem perda de safra ou doença em animais, é porque manejamos o ecossistema de um modo que criamos o ambiente ideal para eles se proliferarem. E, se quisermos que não estejam presentes ao ponto de causarem perdas, apenas precisamos manejar o ambiente de forma diferente. Trazendo saúde e equilíbrio para o sistema produtivo, descobre-se o que é a verdadeira praga causadora de todo esse desequilíbrio. ■

NA EXPECTATIVA PELO FUNDO INDENIZATÓRIO



TIRSO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

DURANTE MUITO tempo, a principal preocupação dos pecuaristas era manter o rebanho livre de qualquer tipo de doença, para garantir a sanidade dos animais, seu bem-estar, uma boa qualidade da carcaça e, consequentemente, portas abertas para os mercados local, nacional e internacional.

No caso da febre aftosa, o Brasil, desde maio de 2018, já tinha a certificação como livre com vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (WOAH, na sigla em inglês), resultado das ações ininterruptas de vacinação e do compromisso dos pecuaristas para a proteção dos rebanhos.

A luta do setor para conseguir o reconhecimento do estado de São Paulo como zona livre de febre aftosa sem vacinação foi vitoriosa e, graças a um trabalho excepcional dos pecuaristas e da Defesa Agropecuária, tornou-se realidade em maio último. Após anos e anos de investimento na vacinação, manejo e outros controles sanitários, enfim era chegado o momento de reconhecer tudo o que havia sido feito e aplaudir o empenho de cada pecuarista paulista. Com a retirada da vacinação, a expectativa é de abertura de novos mercados internacionais e redução de custos, uma vez que o produtor deixará de gastar com a compra de imunizantes.

Entretanto, apesar da justa comemoração, há ainda uma importante tarefa a ser concluída: a criação do fundo indenizatório. Ele irá compensar os pecuaristas que precisarem realizar o abate sanitário dos animais caso seja identificado foco da doença em suas propriedades. Mas ainda não saiu do papel. O Projeto de Lei (PL) da criação do fundo, agora num novo formato, que prevê a gestão pública dos recursos, ainda está sendo formatado para ser enviado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), para, então, ser discutido e votado.

Apesar de a decisão contrastar com a maioria dos demais estados, que contam com fundos privados robustos, São Paulo optou por um fundo indenizatório público. O caminho escolhido pelo estado de São Paulo significa que a formalização, arrecadação e gestão do fundo serão de responsabilidade exclusiva do setor público. Independentemente do modelo de arrecadação e gestão do fundo, isso precisa ser definido com celeridade. A preocupação justifica-se pela necessidade de aprovação do PL neste ano para viabilizar a arrecadação em 2025.

Faz-se importante ressaltar que o fundo indenizatório para os pecuaristas paulistas tem grande importância na proteção financeira dos produtores diante de um eventual foco de febre aftosa. Ao garantir a indenização aos pecuaristas que precisem sacrificar seus rebanhos ou parte deles, o fundo incentiva uma resposta mais rápida e eficaz a surtos de doenças, evitando a propagação de infecções e protegendo a saúde pública e a segurança alimentar.

A existência de um sistema robusto de compensação também fortalece a confiança dos pecuaristas na adoção de medidas rigorosas de biossegurança, colaborando para manter São Paulo em padrões sanitários elevados, o que é crucial para a manutenção das exportações e o fortalecimento das pecuárias paulista e brasileira no mercado global.

A expectativa é de que a aprovação do PL aconteça na Alesp e seja sancionada pelo governador Tarcísio de Freitas ainda em 2024, permitindo que o fundo esteja à disposição dos produtores já em 2025. Contudo, os pecuaristas estão preocupados com a falta de clareza sobre o projeto e seu cronograma de tramitação na Assembleia Legislativa, especialmente considerando a necessidade de seguir o princípio da anterioridade para viabilizar a arrecadação no próximo ano.

Confiamos que o governo do estado, que tem sido sensível às necessidades dos produtores rurais, atuará com diligência e eficácia para concretizar o fundo indenizatório e seu mecanismo público de arrecadação, assegurando esse importante instrumento de garantia e fortalecimento da pecuária paulista. Será o capítulo final, extremamente importante, para uma história de sucesso. ■



PRODUZIR

A NECESSÁRIA APROVAÇÃO DE UMA NOVA LEI PARA BIOINSUMOS

SÉRGIO BORTOLOZZO
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

O USO de insumos biológicos na agropecuária brasileira não para de crescer, em ritmo até mais acelerado do que em outros países. O aumento nas vendas tem sido de 30% ao ano. Já a área tratada com bioinsumos no Brasil superou 223 milhões de hectares na safra 2023/24, com chances de crescer 115% nos próximos quatro anos, segundo dados da Blink Inteligência Aplicada.

É fácil entender o fenômeno. Produtores têm buscado práticas cada vez mais alinhadas com a sustentabilidade, entre elas a transição para a agricultura regenerativa, que, entre outras ações, propõe a ação de microrganismos para recuperar a saúde do solo.

Ao mesmo tempo, os insumos biológicos trazem alta eficácia no combate a pragas e doenças que, muitas vezes, já apresentavam resistência a determinados componentes químicos. Aliado a isso, o uso de bioinsumos traz um melhor custo-benefício, reduzindo gastos num momento em que os preços agrícolas estão em patamares bem mais baixos.

Esse cenário provocou dois movimentos nos últimos anos. Um deles foi o crescente investimento nas fazendas para a construção de biofábricas, onde os produtores rurais conseguem produzir os principais microrganismos, como fungos e bactérias, que atuam no biocontrole.

Em paralelo, como segundo movimento, surgiram novas fabricantes de bioinsumos comerciais, desde aqueles para o controle de doenças até os biofertilizantes e inoculantes, tão necessários para um uso mais racional dos fertilizantes minerais.

O cenário parece animador. Porém, neste ano, passou a envolver algumas divergências entre elos da cadeia. Quando um setor cresce dessa forma, precisa também de uma regulação moderna, de leis específicas que permitam a segurança das atividades e o desenvolvimento da agricultura.

No ano passado, foi aprovada no Congresso Nacional a nova Lei de Defensivos Agrícolas, que também era necessária para tornar mais ágil a aprovação de moléculas mais modernas. No entanto, pela Lei, ficou definido que, para produzir biológico, qualquer pessoa precisaria de registro junto a diferentes órgãos de governo. Ou seja, quando entrar em vigor a Lei, produtores rurais que têm biofábricas, inclusive aqueles orgânicos, que sempre utilizaram essa prática, poderão ser penalizados – ou, pior, correm o risco até de prisão.

Mais de cinquenta entidades representantes do agronegócio, tanto de produtores, quanto da indústria, já assinaram um documento com a proposta de um novo texto para substituir os projetos que tratam do tema no Congresso Nacional. A SRB é uma das signatárias. Queremos garantir aos produtores rurais o direito de seguir produzindo e aplicando biológicos em suas lavouras, avançando em práticas sustentáveis. Também concordamos que haja regras para a produção comercial, um elemento complementar para seguir aumentando o uso de bioinsumos.

Só não podemos concordar com setores da indústria que defendem uma aprovação "tripartite", que envolva o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), com prazos longos de análise e recursos limitados para dar celeridade à avaliação dos processos. Nossa Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) trabalhará firme nos próximos meses em relação ao tema. Mais uma vez, confiamos e trabalharemos forte por um acordo que respeite a autonomia de todos e não burocratize um movimento tão benéfico para o meio ambiente. ■

"Queremos garantir aos produtores rurais o direito de seguir produzindo e aplicando biológicos em suas lavouras, avançando em práticas sustentáveis. Também concordamos que haja regras para a produção comercial, um elemento complementar para seguir aumentando o uso de bioinsumos."

OPINIÃO

POTENCIAL SUSTENTÁVEL DA ÁREA IRRIGADA EM SÃO PAULO

GUILHERME PIAI FILIZZOLA

Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo



MAIS DO que falar em mudanças climáticas, precisamos agir. O estado de São Paulo passa por uma estiagem prolongada neste ano. Esse cenário levou 60% dos municípios paulistas a condições de seca severa ou extrema. No caso das culturas perenes, os danos causados pela atual anomalia climática tornam-se bastante evidentes, como a antecipação da colheita da cana-de-açúcar, diminuição no tamanho dos grãos de café e significativa perda de produção na citricultura. Esses são alguns dos registros contabilizados por levantamentos do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgãos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Entre as principais estratégias para o enfrentamento das mudanças climáticas, a utilização de sistema de irrigação na lavoura vem tendo destaque. A irrigação, para além dos benefícios à produção de alimentos, proporciona segurança aos produtores rurais, principalmente em um cenário de altas temperaturas e fortes estiagens.

O estado de São Paulo tem um plano para dobrar a área irrigada até 2030. A meta é que 15% das áreas agrícolas sejam irrigadas, contra os atuais 6%. Para isso, lançamos, em abril último, o Plano Estadual de Irrigação Sustentável (Irriga + SP), que visa incentivar o uso consciente de sistemas de irrigação, com ações como linhas de crédito para agricultores e apoio técnico de institutos de pesquisa.

Em setembro último, formalizamos a criação da Câmara Temática de Irrigação Sustentável (CTIS), para nos aproximarmos das necessidades dos produtores e criarmos políticas públicas mais assertivas e uma gestão hídrica mais eficiente e sustentável.

Além disso, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) têm trabalhado em cooperação para modernizar a outorga de uso da água, dando um trâmite de obtenção compatível ao dinamismo do setor agropecuário paulista. Esse diálogo entre as pastas tem sido a marca da gestão atual, de forma a acelerar a solução de entraves de maneira intersecretarial e transversal.

O objetivo desse conjunto de políticas públicas é garantir o rendimento das culturas, mesmo em condições de escassez de recursos hídricos. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) aponta a necessidade de aumento de 20% na produção de alimentos nos próximos dez anos para haver comida a todos no Planeta. A previsão é de que boa parte desse aumento seja sustentada pelo Brasil. Por isso, cada vez mais, se faz necessária a implementação de estratégias que permitam o ganho de produtividade das lavouras paulistas e brasileiras, como a irrigação.

Está mais do que comprovado que lavoura irrigada é lavoura produtiva. Áreas irrigadas correspondem a menos de 20% da área total cultivada do Planeta, mas produzem mais de 40% dos alimentos, fibras e culturas bioenergéticas, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês).

Segundo estudos conduzidos pelo Instituto Agronômico (IAC) e Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), o processo de crescimento e desenvolvimento das plantas com elevadas produção e produtividade envolve grande volume de água, mas a planta transpira cerca de 90% desse volume consumido, o que chancela a sustentabilidade da irrigação. Para colaborar, o IAC vem apresentando as demandas hídricas de diversas culturas, com indicadores de eficiência do uso da água.

Assim, o agro de São Paulo será o carro-chefe da agricultura irrigada brasileira. ■

"O estado de São Paulo tem um plano para dobrar a área irrigada até 2030. A meta é que 15% das áreas agrícolas sejam irrigadas, contra os atuais 6%. Para isso, lançamos, em abril último, o Plano Estadual de Irrigação Sustentável (Irriga + SP)..."



REFLEXÃO

O CLIMA, OS SUSTOS, A TRANSIÇÃO

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

O homem domina a natureza não pela força, mas pela compreensão. É por isso que a ciência teve sucesso onde a magia fracassou: porque ela não buscou um encantamento para lançar sobre a natureza.
Jacob Bronowski

O PROCESSO de mudanças climáticas caminha muito mais rapidamente do que a capacidade humana em efetivar política e ação para acelerar a descarbonização. Entre os países ricos e pobres, há visões diferentes sobre isso; entre os ricos em petróleo, há interesses em comum; entre os interessados em regular o mundo (União Europeia), há divisões entre os seus Estados-membros. E por aí vai…

Há um enorme número de variáveis nesse processo, desde a reglobalização – em blocos fragmentados de países – até os *lobbies* internos de cada país na defesa de interesses. Há questões ideológicas difíceis de lidar, o desenvolvimento tecnológico em cada país, além das dificuldades relativas a um processo de narrativas que se enlaça aos interesses políticos de cada Estado.

O fato é que os mecanismos de proteção crescem de forma avassaladora, na trilha das ações unilaterais, muitas vezes travestidos de "verde", como mote às ações políticas que não consideram as distintas realidades, por exemplo, entre os hemisférios.

A revolução do agro tropical, na liderança brasileira, aconteceu em face das impossibilidades técnicas de se transplantar ao hemisfério Sul as experiências agroindustriais do hemisfério Norte. É simples assim. Por meio da Ciência e dos esforços dos produtores brasileiros, o milagre verde da produtividade aconteceu. Há quarenta anos, o Brasil mostra ganhos anuais – medidos pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês) e pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) – acima de 3% ao ano, contra uma média mundial (que inclui o Brasil) de 1% ao ano na chamada produtividade total dos fatores (PTF). Fazemos duas a três safras na mesma área e no mesmo ano, além de integrar culturas agrícolas na mesma unidade industrial, com pequenos ajustes, como é o caso do casamento da cana-de-açúcar e do milho na produção de etanol.

É óbvio que essas tecnologias são "poupadoras" de terras, são efetivos mecanismos de redução de emissões de gases e irão permitir a recuperação dos solos degradados no Brasil, que estariam ao redor de 40 milhões de hectares (dependendo da fonte de dados).

Tudo isso dá uma visão de relevância do protagonismo brasileiro, mesmo ainda com pequeno uso da irrigação, fator seguramente conhecido para saltos de produtividade e expansão do ciclo de produção.

As mudanças do clima, que têm causado eventos extremos no Brasil, são uma grande preocupação. É um fato que vai se tornando comum e que demanda ações de governo (políticas públicas, como o seguro rural, e estímulos a novas tecnologias, entre outras medidas) e do setor privado em integração (infraestrutura para combate aos efeitos das intempéries, logística, entre outros fatores). Sem ações como essas, não há como o Brasil ser o farol das possibilidades de assegurar alimentos e energia renováveis. Nosso País é o fator diferente para os anos que virão em termos de oferta de proteínas, carboidratos, fibras e outros produtos derivados do agronegócio.

É preciso maior integração público-privada, muito mais efetiva e de menor risco do que a intervenção do Governo na economia. É fundamental para acelerar a transição energética, mais importante do que a eterna discussão sobre desarmamento. É preciso que o Brasil atue como líder nas questões relativas ao agro internamente e, na luta externa, atue na busca pela valorização das ações multilaterais. ■

Perante os eventos extremos causados pelas mudanças climáticas, é preciso haver uma integração público-privada mais ampla e efetiva, que acelere a transição energética, possibilitando ao Brasil destacar-se na garantia das seguranças alimentar e energética.

ANDA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL
PARA DIFUSÃO DE ADUBOS

Sustentabilidade e Inovação no Agro



A **Associação Nacional para Difusão de Adubos** atua com um compromisso sólido em transformar o agronegócio brasileiro, promovendo uma agricultura mais sustentável e produtiva para o Brasil.

Com foco na educação e sustentabilidade, desenvolvemos tecnologias que otimizam o uso de fertilizantes, contribuindo para um futuro mais verde e eficiente no campo.

Nossa missão é nutrir o solo e o futuro da agricultura brasileira, sempre buscando soluções que respeitem o meio ambiente e aumentem a produtividade.

57 anos promovendo o futuro sustentável do agro brasileiro

acesse e siga:
anda.org.br
ANDA



DIA INTERNACIONAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

Crédito e Agro:

Uma parceria
que fortalece
São Paulo e o Brasil

As cooperativas de crédito têm se consolidado como um dos pilares para o crescimento do agronegócio.

Atuando em regiões rurais e áreas afastadas onde os bancos tradicionais muitas vezes não chegam, essas cooperativas oferecem soluções financeiras mais justas e com atendimento humanizado.

No estado de São Paulo, são **195 cooperativas de crédito,** que atendem mais de **1,5 milhão** de cooperados e geram mais de **9 mil** postos de trabalho.

O **Dia Internacional das Cooperativas de Crédito** é celebrado na terceira quinta-feira de outubro. O Sistema Ocesp aproveita para destacar o impacto transformador que essas cooperativas trazem para o agronegócio e a sociedade, promovendo inclusão social e financeira no campo.

SAIBA MAIS EM:

www.somos.coop.br

www.sistemaocesp.coop.br

@sistemaocesp

SistemaOcesp